



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 84, DE 2022

(nº 597/2022, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 55-D da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, o nome da Senhora MIRIAM WIMMER, para ser reconduzida ao cargo de Diretora do Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD, com mandato de quatro anos.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da Mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM N° 597

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição, combinado com o art. 55-D da Lei n° 13.709, de 14 de agosto de 2018, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome da Senhora MIRIAM WIMMER, para ser reconduzida ao cargo de Diretora do Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD, com mandato de quatro anos.

Brasília, 11 de novembro de 2022.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 618/2022/SG/PR/SG/PR

Brasília, 18 de novembro de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora **MIRIAM WIMMER**, para ser reconduzida ao cargo de Diretora do Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD, com mandato de quatro anos.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 18/11/2022, às 17:33, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3746193** e o código CRC **41712BDA** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.009102/2022-02

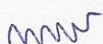
SUPER nº 3746193

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

**Art. 383, inciso I, alínea a, itens 1 e 2, do
Regimento Interno do Senado Federal**

***Curriculum Vitae* da indicada, onde constam
as atividades profissionais exercidas, com a
discriminação dos referidos períodos; e a
relação das publicações de sua autoria, com
as referências bibliográficas que permitam sua
recuperação**



Miriam Wimmer

Curriculum Vitae

- Diretora da ANPD, indicada em novembro de 2020 para mandato de 2 anos.
- Servidora pública com experiência de 16 anos na Administração Pública Federal e atuação há mais de uma década com temas relacionados à economia digital e à proteção de dados pessoais. Ocupou cargos de direção e de assessoramento no Ministério das Comunicações, no Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e na Anatel; é integrante da Comissão de Juristas do Senado para elaboração de Projeto de Lei sobre Inteligência Artificial.
- Professora de pós-graduação, mestrado e doutorado em Direito. Certificada como especialista em proteção de dados pessoais pela *International Association of Privacy Professionals – IAPP*.
- Vencedora do Prêmio Destaques em Governança da Internet (2020, Comitê Gestor da Internet no Brasil); do Prêmio Protagonista Brasil, País Digital (2021, Movimento Brasil, País Digital); e listada em *Women in Data 2022*, do *Global Data Review*, entre as 46 profissionais de maior destaque em legislação, regulação e tecnologia no mundo.

Atuação profissional

Nov/20 Nov/22	ANPD	Diretora da ANPD. Relatora do Regulamento de Fiscalização e Sancionamento e do Regulamento de aplicação da LGPD para pequenas empresas. Palestrante e conferencista no Brasil e no exterior.
Jul/20 Nov/20	MCom	Diretora de Políticas para Telecomunicações. Responsável pelos temas relacionados à implantação do 5G no Brasil e à revisão do modelo de concessões de telefonia.
Jan/19 Jul/20	MCTIC	Diretora de Serviços de Telecomunicações. Coordenadora dos trabalhos relativos ao Peer Review da OCDE sobre as políticas digitais brasileiras e ponto focal sobre privacidade junto à OCDE.
Jul/16 Jan/19	MCTIC	Diretora de Políticas para a Transformação Digital. Coordenadora da elaboração da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital e dos trabalhos iniciais referentes à Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial.
Jan/11 Jul/16	MCom	Diretora do Departamento de Serviços e de Universalização de Telecomunicações. Supervisão da Anatel e formulação de políticas para a ampliação do acesso aos serviços de telecomunicações.
Jan/07 Jan/11	Anatel	Especialista em Regulação, Anatel. Assessora da Procuradoria Federal Especializada da Anatel, Assessora da Superintendente Executiva e especialista jurídica no Gabinete da Presidência.
Fev/03 Out/05	Setor privado	Advogada associada de Xavier, Bernardes, Bragança, Sociedade de Advogados – XBB. Consultoria em Direito Administrativo e em Direito das Telecomunicações.

Formação acadêmica/titulação

- 2009 - 2012** Doutorado em Comunicação.
Universidade de Brasília, UnB, Brasília, Brasil
- 2005 - 2007** Mestrado em Direito Público.
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Rio De Janeiro, Brasil
- 1998 - 2004** Graduação em Direito.
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Rio De Janeiro, Brasil
- 1998 - 2003** Graduação interrompida em Engenharia Mecânica.
Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio De Janeiro, Brasil
- 2001 - 2002** Graduação-sanduíche em *International Division Program*.
Waseda University, W.U., Shinjuku-Ku, Japão
Distinção acadêmica

Formação complementar mais relevante

- 2021 - 2021** Data Protection Academy. (Carga horária: 40h).
Maastricht University, UM, Maastricht, Holanda
Curso financiado pela Comissão Europeia, EU
- 2018 - 2018** *International Visitor Leadership Program*. (Carga horária: 150h).
Participação em programa destinado a lideranças emergentes, a convite do Departamento de Estado dos EUA, sobre legislação e regulação para a era digital.
United States Department of State, Estados Unidos da América.
- 2016 - 2016** Gestão Pública. (Carga horária: 80h).
Instituto Politécnico de Ensino a Distância, iPED, São Paulo, Brasil
- 2012 - 2012** *European Summer School on Internet Governance* (Carga horária: 40h).
Eurossig, Meissen, Alemanha
- 2008 - 2008** *Central & South America National Informatization Program*. (Carga horária: 160h).
Representante do governo brasileiro e bolsista da Korean Agency for Digital Opportunity and Promotion (KADO) em Seoul, Coréia do Sul.
- 2007 - 2008** *Políticas Públicas para las TICs*. (Carga horária: 40h).
OEA - Comisión Interamericana de Telecomunicaciones, OEA/CITEL, Estados Unidos
Bolsista do(a): Organização dos Estados Americanos

Prêmios e títulos

- 2022** Women in Data 2022, Global Data Review
- 2021** Prêmio Protagonista Brasil, País Digital, Movimento Brasil, País Digital

MW

2020	Prêmio Destaques em Governança da Internet no Brasil, Comitê Gestor da Internet no Brasil - CGI.br
2018	Certified Information Privacy Professional - Europe (CIPP/E), IAPP
2018	Embaixadora Honorária do Movimento Brasil País Digital, ABES
2002	Distinção Acadêmica, Universidade de Waseda (Tóquio)

Produção bibliográfica mais relevante

Autora de um livro, 16 capítulos de livro, 22 artigos publicados em periódicos acadêmicos, além de diversos outros tipos de produção bibliográfica.

Produções recentes mais relevantes:

- WIMMER, Miriam; MORAES, T. G. Quantum Computing, Digital Constitutionalism, and the Right to Encryption: Perspectives from Brazil. *Digital Society*, 2022.
- WIMMER, Miriam; DONEDA, D. C. M. Falhas De IA e a Intervenção Humana em Decisões Automatizadas: Parâmetros Para a Legitimização pela Humanização. *Revista Direito Público*, v.18, p.374 - 404, 2022.
- WIMMER, MIRIAM. Advancements and challenges for Latin American AI and data governance. *Computer Law & Security Review*, v.47, 2022.
- WIMMER, Miriam; CARVALHO, L. B. O papel e os limites do anonimato: em busca de uma interpretação constitucionalmente adequada. *Pensar - Revista De Ciências Jurídicas*. , v.27, p.1 - 16, 2022.
- WIMMER, Miriam. Limites e possibilidade para o uso secundário de dados pessoais no poder público: lições da pandemia. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v.11, p.122 - 142, 2021.
- WIMMER, Miriam. Proteção de Dados Pessoais no Setor Público: incidência, bases legais e especificidades. *Revista do Advogado*, v.144, p.126 - 133, 2019.
- WIMMER, Miriam; CARVALHO, L. B. A aplicação da LGPD é suficiente para gerar segurança e confiança na sociedade? In: *Digital: o desafio da confiança e da segurança na economia digital*.1 ed. Nova Lima: Fundação Dom Cabral, 2021, v.1, p. 33-38.
- WIMMER, Miriam. A LGPD e o balé dos princípios: tensões e convergências na aplicação dos princípios de proteção de dados pessoais ao setor público. In: *A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - Aspectos práticos e teóricos relevantes no setor público e privado*. São Paulo: Thompson Reuters Revista dos Tribunais, 2021, v.1, p. 163-186.
- WIMMER, Miriam. Educação e Tecnologia: a Proteção de Dados Pessoais diante da Infância na Era Digital In: *LGPD aplicada à Educação*. Curitiba: Editora CRV, 2021, p. 11-20.

MW

- WIMMER, Miriam. Inteligência Artificial e Conflitos Armados Internacionais: o Problema das Armas Autônomas Letais. In: *Inteligência Artificial - Sociedade, Economia e Estado*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021, p. 675-695.
- WIMMER, Miriam. Os desafios do *enforcement* na LGPD: fiscalização, aplicação de sanções administrativas e coordenação intergovernamental In: *Tratado de Proteção de Dados Pessoais*. Rio de Janeiro: Forense, 2021, v.1, p. 375-388.
- WIMMER, Miriam; PIERANTI, Octavio Penna. Programas de *compliance* e a LGPD: a interação entre autorregulação e a regulação estatal In: *Compliance e políticas de proteção de dados*. 1 ed. São Paulo: Thomson Reuters Revista dos Tribunais, 2021, v.1, p. 205-224.
- WIMMER, Miriam. *Regime Jurídico do Tratamento de Dados Pessoais pelo Poder Público*. In: *Tratado de Proteção de Dados Pessoais*. Rio de Janeiro: Forense, 2021, v.1, p. 271-288.
- WIMMER, Miriam. Autoridades de Proteção de Dados Pessoais no Mundo: fundamentos e evolução na experiência comparada. In: *Temas Atuais de Proteção de Dados*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.
- WIMMER, Miriam. Cidadania, Tecnologia e Governo Digital: Proteção de Dados Pessoais no Estado Movido a Dados In: *TIC Governo Eletrônico 2019. Pesquisa Sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação no Setor Público Brasileiro*. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2020, v.1, p. 27-36.
- WIMMER, Miriam. Interfaces entre Proteção de Dados Pessoais e Segurança da Informação: um debate sobre a relação entre Direito e Tecnologia In: *Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. A caminho da efetividade: contribuições para a implementação da LGPD*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020, v.1.
- WIMMER, Miriam. Inteligência Artificial, Algoritmos e o Direito: um panorama dos principais desafios. In: *Direito Digital: Debates Contemporâneos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

Idiomas

Alemão	Fluente. Certificado Goethe Zertifikat C2: Grosses Deutsches Sprachdiplom (mais alto nível da escala de competências do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas), Goethe Institut
Inglês	Fluente. Certificate of Proficiency in English - Grade A (mais alto nível do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas), University of Cambridge. Certificate of Translation from and into Portuguese - Grade A, University of Cambridge
Francês	Avançado. Diplôme d'Études en Langue Française - Delf B2 (certificado de conhecimentos avançados em francês), Centre International d'Etudes Pédagogiques
Espanhol	Intermediário.

Brasília, 12 de novembro de 2022

Miriam Wimmer



Miriam Wimmer

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/2365618822386653>

ID Lattes: **2365618822386653**

Última atualização do currículo em 01/11/2022

Doutora em Comunicação pela UnB, Mestre em Direito Público e graduada em Direito pela UERJ. Certificada como especialista em proteção de dados pessoais (Europa) pela International Association of Privacy Professionals (CIPP/E). Bolsista do programa internacional da Universidade de Waseda, em Tóquio, entre 2001 e 2002, com Distinção Acadêmica. Professora do mestrado e do doutorado em Direito do IDP-Brasília e professora convidada em diversas instituições de ensino de nível superior e em órgãos públicos, como STF e o STJ. É servidora pública desde 2007, integrante da carreira de Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Telecomunicações da Anatel. Ocupou diferentes cargos de direção no Ministério das Comunicações - MC e no Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, onde coordenou a elaboração da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital e a primeira formulação da Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial. Vencedora do Prêmio Destaques em Governança da Internet (2020), pelas contribuições ao desenvolvimento da Internet no país; vencedora do Prêmio Protagonista Brasil, País Digital (2021), pelas ações de impacto social em temas voltados à transformação digital e inclusiva do país; e listada em Women in Data 2022, do Global Data Review, entre as 46 profissionais de maior destaque em legislação, regulação e tecnologia no mundo. Integrante da Comissão de Juristas do Senado para para elaboração de minuta de projeto de lei sobre Inteligência Artificial. É, atualmente, Diretora da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD. (Texto informado pelo autor)

Identificação

Nome

Miriam Wimmer

Nome em citações bibliográficas

WIMMER, Miriam;WIMMER, MIRIAM

Lattes iD

<http://lattes.cnpq.br/2365618822386653>

Endereço

Endereço Profissional

Autoridade Nacional de Proteção de Dados, Conselho Diretor.

ANPD - Esplanada dos Ministérios, Bloco C, 2º andar

Zona Cívico-Administrativa

70046900 - Brasília, DF - Brasil

Telefone: (61) 00000000

Formação acadêmica/titulação

2009 - 2012

Doutorado em Comunicação (Conceito CAPES 4).

Universidade de Brasília, UnB, Brasil.

Título: Direitos, democracia e acesso aos meios de comunicação de massa, Ano de obtenção: 2012.

Orientador: Murilo César de Oliveira Ramos.

Palavras-chave: democracia; comunicação de massa; pluralismo interno; teoria do discurso; regulação.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas

Mestrado em Direito (Conceito CAPES 5).

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Brasil.

Título: Conflitos de Competência na Administração Pública, Ano de Obtenção: 2007.

Orientador: Paulo Braga Galvão.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público / Especialidade: Direito Administrativo.

2005 - 2007

Aperfeiçoamento em International Division Prog, (graduação-sanduíche). (Carga Horária: 682h).

Waseda University, W.U., Japão.

Título: n/a. Ano de finalização: 2002.

Orientador: n/a.

Bolsista do(a): Association of International Education Japan, AIEJ, Japão.

2001 - 2002

1998 - 2004

1998 interrompida

Graduação em Direito.
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Brasil.
Título: Defesa da concorrência no Sistema Financeiro Nacional: o conflito de competências entre o CADE e o Banco Central.
Orientador: Sônia Rabello de Castro.
Graduação interrompida em 2003 em Engenharia Mecânica.
Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil.
Ano de interrupção: 2003

Formação Complementar

2021 - 2021	Data Protection Academy. (Carga horária: 40h). Maastricht University, UM, Holanda.
2018 - 2018	International Visitor Leadership Program. (Carga horária: 150h). United States Department of State, DOS, Estados Unidos.
2016 - 2016	Extensão universitária em Gestão Pública. (Carga horária: 80h). Instituto Politécnico de Ensino a Distância, IPED, Brasil.
2014 - 2014	Diversidade nas Organizações. (Carga horária: 15h). Fundação Getúlio Vargas / FGV-Online, FGV ONLINE, Brasil.
2014 - 2014	Consultor Legislativo - Parecer e Minuta de Proposição. (Carga horária: 40h). UNYLEYA EDITORA E CURSOS S/A, Unyleya, Brasil.
2014 - 2014	Condutas Anticompetitivas. (Carga horária: 5h). Fundação Getúlio Vargas / FGV-Online, FGV ONLINE, Brasil.
2014 - 2014	Direitos Autorais e Sociedade. (Carga horária: 5h). Fundação Getúlio Vargas / FGV-Online, FGV ONLINE, Brasil.
2014 - 2014	Argumentação Jurídica. (Carga horária: 5h). Fundação Getúlio Vargas / FGV-Online, FGV ONLINE, Brasil.
2012 - 2012	6th European Summer School on Internet Governance. (Carga horária: 40h). European Summer School on Internet Governance, EUROSSIG, Alemanha.
2010 - 2011	Processo Legislativo. (Carga horária: 45h). Instituto Legislativo Brasileiro - Senado Federal, ILB, Brasil.
2010 - 2010	Novo Cód. Civil e implicações no setor de telecom. (Carga horária: 40h). Universidade de Brasília, UnB, Brasil.
2008 - 2008	Extensão universitária em Tópicos especiais: teoria do serviço público. (Carga horária: 30h). Universidade de Brasília, UnB, Brasil.
2008 - 2008	Extensão universitária em Filosofia Política e teoria crítica. (Carga horária: 60h). Universidade de Brasília, UnB, Brasil.
2008 - 2008	Metodologia do Ensino Superior - Tutorial. (Carga horária: 45h). Fundação Getúlio Vargas, FGV, Brasil.
2008 - 2008	Central & South America National Informatization. (Carga horária: 160h). Korean Agency for Digital Opportunity & Promotion, KADO, Coréia do Sul.
2008 - 2008	Projeto Eurobrasil 2000 (MPOG/UE): Teoria Regulaçã. (Carga horária: 30h). Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasil.
2008 - 2008	Tutorial de professores. (Carga horária: 45h). Fundação Getúlio Vargas, FGV, Brasil.
2008 - 2008	X Sem. Política Externa para Altos Funcionários. (Carga horária: 20h). Instituto Rio Branco, IRB, Brasil.
2007 - 2008	Políticas Públicas para las TICs. (Carga horária: 40h). OEA - Comisión Interamericana de Telecomunicaciones, OEA/CITEL, Estados Unidos.
2006 - 2006	Curso de Formação: Espec. Serv. Públ. de Telecom.. (Carga horária: 160h). CESPE/UNB, CESPE/UNB, Brasil.

Atuação Profissional

Autoridade Nacional de Proteção de Dados, ANPD, Brasil.

Vínculo institucional

2020 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Diretora, Carga horária: 40, Regime: Dedicação exclusiva.

Outras informações

Indicada para integrar o primeiro Conselho Diretor da ANPD, com mandato de dois anos.

Ministério das Comunicações, MC, Brasil.

Vínculo institucional

2020 - 2020

Outras informações
Vínculo institucional
2011 - 2016

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Diretora de Pol. de Telecom e Acomp. Regulat., Carga horária: 40
Diretora de Políticas de Telecomunicações e Acompanhamento Regulatório.

Outras informações

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Diretora de Serv. Universalização de Telecom., Carga horária: 40, Regime: Dedicação exclusiva.
Diretora do Departamento responsável pela supervisão da Anatel e pela formulação de políticas públicas para o setor. Gestora dos projetos estratégicos do Ministério das Comunicações para (i) rediscussão do atual modelo de concessões de telefonia fixa e (ii) governança da Internet. Representou o MC nas discussões de governo acerca do Marco Civil da Internet e integrou o grupo técnico responsável pela elaboração da minuta de decreto para sua regulamentação. Coordenou GT envolvendo a Anatel e o Banco Central do Brasil sobre m-payments, culminando na edição da MP 615/2013. Interlocutora do MC junto a outros órgãos públicos na definição e defesa de posições brasileiras em fóruns como a ICANN, o IGF, a UIT, a WCIT e NetMundial. Participação em comitês e conselhos: Conselho Consultivo da Anatel; Comitê de Defesa dos Usuários de Serviços de Telecomunicações da Anatel; Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Comitê Consultivo do Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação (PROREG); Comitê Técnico de Consumo e Regulação do Observatório Nacional das Relações do Consumo do Ministério da Justiça; Comitê Gestor do programa Humaniza Redes da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Comitê Gestor da Internet (CGI.br). Secretaria de Telecomunicações Substituta entre março de 2011 e setembro de 2013.

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, MCTI, Brasil.

Vínculo institucional
2019 - 2020

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Diretora de Serviços de

Telecomunicações, Carga horária: 40, Regime: Dedicação exclusiva.
Diretora do departamento responsável pela formulação de políticas para as telecomunicações e pelo apoio à implementação da Estratégia Brasileira para Transformação Digital. Coordenadora dos trabalhos relativos ao Peer Review da OCDE referente às políticas digitais brasileiras. Participação em comitês e conselhos: Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br); Comitê de Defesa dos Usuários de Serviços de Telecomunicações; Comitê de Prestadoras de Pequeno Porte da Anatel; Comitê Interministerial para a Transformação Digital (CITDigital).

Vínculo institucional
2018 - 2019

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Diretora de Políticas para Transf. Digital, Carga horária: 40, Regime: Dedicação exclusiva.

Diretora do Departamento de Políticas para a Transformação Digital, departamento responsável pela elaboração e aprovação da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (Decreto n. 9.319/2018 e Portaria MCTIC n. 1.556/2018), e pela formulação de políticas relativas ao desenvolvimento da Internet no Brasil, inclusive no que se refere à proteção de dados pessoais.

Vínculo institucional
2016 - 2018

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Diretora de Políticas Setoriais em TIC, Carga horária: 40, Regime: Dedicação exclusiva.

Responsável pela formulação da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital e pela formulação de políticas públicas para o ambiente cibernetico.

Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL, Brasil.

Vínculo institucional
2007 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Especialista em Regulação de Telecomunicações, Carga horária: 40, Regime: Dedicação exclusiva.

1) Mar/2008 a Jan/2011: Assessora no Gabinete do Superintendente Executivo. Vice-coordenadora do grupo de trabalho responsável pela interlocução com o Ministério da Justiça sobre o Marco Civil da Internet, e pela revisão da Norma 04/95. Coordenadora dos dois Grupos de Trabalho encarregados da análise das contribuições à consulta pública e propositura da redação final do Regulamento de Sanções da Anatel. 2) Abr/2008 a Jan/2011: Coordenadora da Comissão Brasileira de Comunicações - 4 (Desenvolvimento das Telecomunicações). Responsável pela definição das posições brasileiras relativas ao desenvolvimento das telecomunicações na UIT, no MERCOSUL, na CITEL e em outras organizações internacionais. 3) Mai/2007 a Abr/2008: Assessora na Procuradoria Federal Especializada da Anatel. Consultoria em direito regulatório das telecomunicações, direito societário e direito administrativo. 4) Jan/2007 a Mai/2007: Especialista em Regulação no Gabinete da Presidência da Anatel. Análise de processos administrativos e instrução técnica para julgamento de pedidos de efeito suspensivo em grau recursal.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA, IDP, Brasil.

Vínculo institucional

2021 - Atual

Outras informações

Vínculo institucional

2020 - 2020

Outras informações

Atividades

07/2021 - Atual

12/2020 - Atual

09/2019 - Atual

07/2021 - 07/2021

05/2021 - 07/2021

02/2021 - 04/2021

02/2020 - 12/2020

09/2020 - 11/2020

05/2020 - 07/2020

12/2019 - 12/2019

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor titular, Carga horária: 4
Professora do Corpo Permanente do Mestrado Profissional em Direito, IDP Brasília.

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor titular, Carga horária: 4
Professora da Graduação em Direito do IDP Brasília

Ensino, Constituição e Sociedade, Nível: Pós-Graduação

Disciplinas ministradas

Seminário de Tese, Doutorado em Direito

Pesquisa e desenvolvimento, ESCOLA DE DIREITO DE BRASÍLIA.

Linhos de pesquisa

Inteligência Artificial, Ética e Direito

Pesquisa e desenvolvimento, ESCOLA DE DIREITO DE BRASÍLIA.

Linhos de pesquisa

Grupo de Pesquisa em Proteção de Dados Pessoais

Centro de Estudos de Direito, Internet e Sociedade

Ensino, Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Digital, Nível: Pós-Graduação

Disciplinas ministradas

Proteção de Dados Pessoais no Setor Público
Mestrado Profissional em Direito

Ensino, Constituição e Sociedade, Nível: Pós-Graduação

Disciplinas ministradas

Professora da disciplina DIREITO DIGITAL E REGULAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS,
Mestrado Profissional em Direito

Ensino, Constituição e Sociedade, Nível: Pós-Graduação

Disciplinas ministradas

Seminário de Tese, Doutorado em Direito do IDP

Ensino, Direito, Nível: Graduação

Disciplinas ministradas

DIREITO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, Graduação em Direito, matutino e noturno.

Ensino, Constituição e Sociedade, Nível: Pós-Graduação

Disciplinas ministradas

Seminário de Tese, Doutorado em Direito do IDP.

Ensino, Constituição e Sociedade, Nível: Pós-Graduação

Disciplinas ministradas

Proteção de Dados Pessoais

Escola Paulista de Direito, EPD, Brasil.

Vínculo institucional

2018 - 2021

Vínculo: Professora convidada, Enquadramento Funcional: Professora convidada, Carga horária: 8

Outras informações

Atividades

11/2021 - 11/2021

Professora convidada da Pós Graduação lato sensu em Direito Eletrônico

05/2020 - 05/2020

Ensino, Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Eletrônico, Nível: Pós-Graduação

Disciplinas ministradas

Aspectos jurídicos da Transformação Digital no Brasil (Algoritmos, IoT, Inteligência Artificial e Proteção de Dados)

11/2018 - 11/2018

Ensino, Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Eletrônico, Nível: Pós-Graduação

Disciplinas ministradas

Aspectos jurídicos da Transformação Digital no Brasil (Algoritmos, IoT, Inteligência Artificial e Proteção de Dados)

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio, Brasil.

Vínculo institucional

2020 - Atual

Vínculo: Professora Convidada, Enquadramento Funcional: Professora convidada, Carga horária: 2

Outras informações

Atividades

07/2021 - 07/2021

Professora do curso de extensão Inteligência Artificial e Direito da PUC-Rio

(<https://cce.puc-rio.br/sitecce/website/website.dll/folder?nCurso=inteligencia-artificial-e-direito&nInst=cce>)

Extensão universitária , Coordenação Central de Extensão.

11/2020 - 11/2020	Atividade de extensão realizada Professora da disciplina Inteligência Artificial e Ilícitos Administrativos. Extensão universitária , Coordenação Central de Extensão. Atividade de extensão realizada Professora da disciplina Inteligência Artificial e Ilícitos Administrativos.
Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro, ITS, Brasil.	
Vínculo institucional	
2019 - 2020	Vínculo: Professora convidada, Enquadramento Funcional: Professora convidada, Carga horária: 2
Outras informações	Professora convidada (cursos de extensão)
Atividades	
04/2020 - 04/2020	Extensão universitária , Cursos ITS. Atividade de extensão realizada Professora da disciplina "Cibersegurança e identidade única digital", no curso "Lei Geral de Proteção de Dados: Aspectos Gerais e Desafios". Extensão universitária , Cursos ITS.
09/2019 - 09/2019	Atividade de extensão realizada Professora da disciplina de Proteção de Dados Pessoais no Setor Público, no curso de extensão Lei Geral de Proteção de Dados (curso online em tempo real).
Universidade de Brasília, UnB, Brasil.	
Vínculo institucional	
2007 - Atual	Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Participação em Grupo de Pesquisa
Outras informações	Grupo de Estudos em Direito das Telecomunicações - GETEL/UnB Linha de pesquisa: PRINCIPIOLOGIA CONSTITUCIONAL DAS COMUNICAÇÕES
Atividades	
10/2007 - Atual	Pesquisa e desenvolvimento, GETEL - Grupo de Estudos em Direito das Telecomunicações. Linhas de pesquisa
03/2008 - 07/2008	Grupo de Estudos em Direito das Telecomunicações - GETEL/UNB Extensão universitária , Faculdade de Direito - UnB. Atividade de extensão realizada
03/2008 - 07/2008	Aluno especial da disciplina "Filosofia Política e teoria crítica" - 60 horas/aula. Extensão universitária , Faculdade de Direito - UnB. Atividade de extensão realizada
	Aluno especial da disciplina "Tópicos especiais: teoria do serviço público" - 40 horas/aula.
Fundação Getúlio Vargas / FGV-Online, FGV ONLINE, Brasil.	
Vínculo institucional	
2009 - 2010	Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Professora-tutora
Outras informações	Tutora do curso online Direito da Tecnologia da Informação
Atividades	
08/2009 - 10/2009	Ensino, Direito da Tecnologia da Informação, Nível: Pós-Graduação Disciplinas ministradas
02/2009 - 04/2009	Direito da Tecnologia da Informação Ensino, Direito da Tecnologia da Informação, Nível: Pós-Graduação Disciplinas ministradas Direito da Tecnologia da Informação
Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil.	
Vínculo institucional	
2009 - 2009	Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Professora-tutora
Outras informações	Professora-tutora do curso de aperfeiçoamento "Formação de Tutores" do UemaNet para atuação na educação à distância, resultado de um convênio entre a Uema e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do MEC (Secad/MEC), no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB).
Atividades	
03/2009 - 06/2009	Ensino, Formação de Tutores, Nível: Aperfeiçoamento Disciplinas ministradas Formação de tutores
União Internacional de Telecomunicações, UIT, Suíça.	
Vínculo institucional	
2009 - 2010	Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Vice-presidente de Grupo de Trabalho, Carga horária: 0
Outras informações	Vice-presidente do Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento de Recursos Humanos (WGRHD), do Grupo Assessor de Desenvolvimento das Telecomunicações (TDAG) da UIT
Xavier, Bernardes, Bragança, Sociedade de Advogados, XBB, Brasil.	

Vínculo institucional

2003 - 2005

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Advogada Associada, Regime: Dedicação exclusiva.

Outras informações

Atividades

02/2003 - 10/2005

Serviços técnicos especializados .

Serviço realizado

Consultoria e contencioso em Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Econômico e Direito das Telecomunicações, notadamente com relação a concessões de serviços públicos e aspectos regulatórios em telecomunicações.

Waseda University, W.U., Japão.

Vínculo institucional

2001 - 2002

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Professor assistente, Carga horária: 4 Professora assistente de língua inglesa para estudantes japoneses

Outras informações

Atividades

09/2001 - 06/2002

Ensino, Waseda Extension Center, Nível: Aperfeiçoamento

Disciplinas ministradas

Inglês - conversação e gramática para adultos

Intelig Telecommunications Ltda, INTELIG, Brasil.

Vínculo institucional

2000 - 2001

Vínculo: Estagiária, Enquadramento Funcional: Estagiária, Carga horária: 20

Outras informações

Estagiária no Departamento de Negócios com Operadoras, apoiando negociação de contratos de interconexão e de exploração industrial de linhas dedicadas.

Atividades

09/2000 - 08/2001

Serviços técnicos especializados , Negócios com Operadoras.

Serviço realizado

Estágio na área de contratos e negócios com operadoras de telecomunicações, auxiliando na estruturação e negociação de contratos de interconexão e de exploração industrial de linhas dedicadas.

Linhos de pesquisa

1.

Grupo de Estudos em Direito das Telecomunicações - GETEL/UNB

Objetivo: Regulação das Telecomunicações no Brasil.

Palavras-chave: Agências Reguladoras; Telecomunicações.

2.

Inteligência Artificial, Ética e Direito

Grupo de Pesquisa em Proteção de Dados Pessoais

Centro de Estudos de Direito, Internet e Sociedade

Objetivo: Líder da linha de pesquisa sobre Inteligência Artificial, Ética e Direito, da CEDIS/IDP.

Palavras-chave: Inteligência Artificial; Ética.

Revisor de periódico

2019 - 2019

Periódico: DIREITO PÚBLICO (PORTO ALEGRE)

2020 - 2020

Periódico: Revista Brasileira de Direitos Fundamentais & Justiça

2022 - 2022

Periódico: Digital Society. Ethics, Socio-Legal and Governance of Digital Technology.

2022 - Atual

Periódico: Philosophy and Technology

Áreas de atuação

1.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Administrativo.

2.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Proteção de Dados Pessoais.

3.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Comunicação / Subárea: Internet.

4.

Grande área: Outros.

5.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Regulação.

6.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas.

Licenças

Idiomas

Inglês	Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.
Alemão	Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.
Português	Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.
Francês	Compreende Bem, Fala Razoavelmente, Lê Bem, Escreve Razoavelmente.
Espanhol	Compreende Bem, Fala Pouco, Lê Bem, Escreve Pouco.

Prêmios e títulos

2022	Women in Data 2022, Global Data Review - https://globaldatareview.com/survey/women-in-data/women-in-data-2022 .
2021	Prêmio Protagonista Brasil, País Digital, Movimento Brasil, País Digital.
2020	Prêmio Destaque em Governança da Internet no Brasil, Comitê Gestor da Internet no Brasil - CGI.br.
2018	Certified Information Privacy Professional - Europe (CIPP/E), IAPP.
2018	Embaixadora Honorária do Movimento Brasil País Digital, ABES.
2014	Goethe Zertifikat C2: Grosses Deutsches Sprachdiplom (mais alto nível da escala de competências do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas), Goethe Institut.
2014	Aprovada em concurso público para Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados - área XIV (Comunicação) - 4º lugar, Câmara dos Deputados.
2011	Goethe Zertifikat C1 - conceito "Muito Bom" - certificado de proficiência em alemão, Goethe Institut.
2010	Goethe Zertifikat B2 - conceito "Muito Bom" - certificado de conhecimentos avançados em alemão, Goethe Institut.
2009	Diplôme d'Études en Langue Française - Delf B2 (certificado de conhecimentos avançados em francês), Centre International d'Etudes Pédagogiques.
2008	Bolsista do Central and South American National Informatization Expert Course em Seoul, Coreia do Sul, Korean Agency for Digital Opportunity and Promotion - KADO., Korean Agency for Digital Opportunity and Promotion - KADO.
2006	Aprovada em concurso público para Advogado Junior - consultivo e contencioso administrativo e judicial, Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S/A - TBG.
2006	Aprovada em concurso público para Advogado Junior, Caixa Econômica Federal.
2006	Aprovada em concurso para Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Telecomunicações - área jurídica - 5º lugar, Agência Nacional de Telecomunicações.
2002	Academic Distinction, Universidade de Waseda (Tóquio) - International Division Programme.
2001	Bolsista do programa de um ano no International Division Program, Universidade de Waseda, Tóquio, Japão, Association for International Education in Japan - AIEJ.
1995	Certificate of Translation from and into Portuguese - Grade A, University of Cambridge.
1993	Certificate of Proficiency in English - Grade A (mais alto nível do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas), University of Cambridge.

Produções

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica



1. **WIMMER, Miriam; DONEDA, D. C. M. .** -FALHAS DE IA- E A INTERVENÇÃO HUMANA EM DECISÕES AUTOMATIZADAS: PARÂMETROS PARA A LEGITIMAÇÃO PELA HUMANIZAÇÃO. Revista Direito Público, v. 18, p. 374-404, 2022.
2. **WIMMER, Miriam; CARVALHO, L. B. .** O papel e os limites do anonimato: em busca de uma interpretação constitucionalmente adequada. PENSAR - REVISTA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, v. 27, p. 1-16, 2022.
3. **WIMMER, Miriam; MORAES, T. G. .** Quantum Computing, Digital Constitutionalism, and the Right to Encryption: • Perspectives from Brazil. Digital Society, v. 1, p. 12, 2022.
4. **WIMMER, MIRIAM.** Foreword: Advancements and challenges for Latin American AI and data governance. Computer Law & Security Review JCR, v. 47, p. 105759, 2022.

MM

5. **WIMMER, Miriam.** Limites e possibilidade para o uso secundário de dados pessoais no poder público: lições da pandemia. Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 11, p. 122-142, 2021.
6. **WIMMER, Miriam.** Proteção de Dados Pessoais no Setor Público: incidência, bases legais e especificidades. REVISTA DO ADVOGADO, v. 144, p. 126-133, 2019.
7. **WIMMER, Miriam.** Pluralismo e diversidade nos meios de comunicação de massa: sobre consensos e contendas. Revista Brasileira de Políticas de Comunicação, v. 1, p. 5, 2011.
8. **WIMMER, Miriam.** Os Projetos de Lei de Comunicação de Massa por Assinatura: controvérsias, interesses e expectativas. Revista de Direito, Estado e Telecomunicações (Impresso), v. 02, p. 231-258, 2010.
9. **WIMMER, Miriam; PIERANTI, Octavio Penna .** Serviços Públicos de Radiodifusão? Incoerências, insuficiências e contradições na regulamentação infraconstitucional. Eptic On-Line (UFS) ICIR, v. XI, p. 167-182, 2009.
10. **WIMMER, Miriam.** Gazing into the future: a closer look at regulatory trends in Brazil. Convergence, v. 5, p. 24-35, 2009.
11. **WIMMER, Miriam.** Que comunicação para que democracia?. Constituição & Democracia, v. 1, p. 1, 2009.
12. **WIMMER, Miriam; PIERANTI, Octavio Penna ; ARANHA, Marcio Iorio .** O paradoxo da internet regulada: a desregulação dos serviços de valor adicionado no Brasil. Eptic On-Line (UFS) ICIR, v. IX, p. 4—, 2009.
13. **WIMMER, Miriam.** A conflituosa relação entre Poder Executivo central e agências reguladoras: a busca pelo equilíbrio (artigo republicado). BDA (São Paulo), v. 10, p. 1136-1151, 2009.
14. **WIMMER, Miriam.** O direito à comunicação na Constituição de 1988: o que existe e o que falta concretizar. Eco (UFRJ), v. 11, p. 146-165, 2008.
15. **WIMMER, Miriam; PIERANTI, Octavio Penna .** The Right to Communicate in Brazil: Historical Development and Current Challenges. Global Media Journal, v. 7, p. 14, 2008.
16. **WIMMER, Miriam.** A conflituosa relação entre Poder Executivo Central e Agências Reguladoras: a busca pelo equilíbrio. RDE. Revista de Direito do Estado, v. 10, p. 171-194, 2008.
17. **WIMMER, Miriam.** Estado e serviços públicos de radiodifusão: ameaça ou garantia a direitos fundamentais?. COMUNICAÇÃO & POLÍTICA, v. 26, p. 69-90, 2008.
18. **WIMMER, Miriam.** Discretionariedade administrativa, conceitos jurídicos indeterminados e controle judicial: limites e possibilidades. Revista de Direito de Informática e Telecomunicações, v. 5, p. 141-158, 2008.
19. **WIMMER, Miriam.** As relações de sujeição especial na Administração Pública. Revista IOB de Direito Administrativo, v. 20, p. 30-53, 2007.
20. **WIMMER, Miriam.** As Relações de Sujeição Especial na Administração Pública. Direito Público (Porto Alegre), v. 18, p. 2, 2007.
21. **WIMMER, Miriam.** Pluralismo jurídico e as transformações do Estado contemporâneo. Revista de Direito Público da Economia, v. 20, p. 183-207, 2007.
22. **WIMMER, Miriam.** Políticas de ação afirmativa nas universidades norte-americanas: a posição da Suprema Corte. RDE. Revista de Direito do Estado, v. 3, p. 385-403, 2006.

Livros publicados/organizados ou edições

1. **WIMMER, Miriam.** Direitos, Democracia e Acesso aos Meios de Comunicação de Massa: um estudo comparado sobre pluralismo interno na televisão. 1. ed. Scotts Valley, CA: CreateSpace, 2014. v. 1. 271p .

Capítulos de livros publicados

1. **WIMMER, Miriam.** Os desafios do enforcement na LGPD: fiscalização, aplicação de sanções administrativas e coordenação intergovernamental. In: MENDES, Laura Schertel; DONEDA, Danilo; SARLET, Ingo Wolfgang; RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luis.. (Org.). Tratado de Proteção de Dados Pessoais. 1ed.Rio de Janeiro: Forense, 2021, v. 1, p. 375-388.
2. **WIMMER, Miriam.** Regime Jurídico do Tratamento de Dados Pessoais pelo Poder Público.. In: MENDES, Laura Schertel; DONEDA, Danilo; SARLET, Ingo Wolfgang; RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luis.. (Org.). Tratado de Proteção de Dados Pessoais. 1ed.Rio de Janeiro: Forense, 2021, v. 1, p. 271-288.
3. **WIMMER, Miriam.** Educação e Tecnologia: a Proteção de Dados Pessoais diante da Infância na Era Digital. In: Dâmares Ferreira. (Org.). LGPD aplicada à Educação. 1ed.Curitiba: Editora CRV, 2021, v. , p. 11-20.
4. **WIMMER, Miriam.** A LGPD e o balé dos princípios: tensões e convergências na aplicação dos princípios de proteção de dados pessoais ao setor público. In: Denise de Souza Luiz Francoski; Fernando Antonio Tasso. (Org.). A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - Aspectos práticos e teóricos relevantes no setor público e privado. 1ed.São Paulo: Thompson Reuters Revista dos Tribunais, 2021, v. 1, p. 163-186.
5. **WIMMER, Miriam.** Inteligência Artificial e Conflitos Armados Internacionais: o Problema das Armas Autônomas Letais. In: Vainzof, R.; Gutierrez, A.. (Org.). Inteligência Artificial - Sociedade, Economia e Estado. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021, v. , p. 675-695.
6. **WIMMER, Miriam; CARVALHO, L. B. .** A aplicação da LGPD é suficiente para gerar segurança e confiança na sociedade?. In: Núcleo de Inovação e Empreendedorismo - Fundação Dom Cabral. (Org.). Digital : o desafio da confiança e da segurança na economia digital. 1ed.Nova Lima: Fundação Dom Cabral, 2021, v. 1, p. 53-38.
7. **WIMMER, Miriam; PIERANTI, Octavio Penna .** Programas de compliance e a LGPD: a interação entre autorregulação e a regulação estatal. In: FRAZÃO, Ana; CUEVA, Ricardo Villas Boas. (Org.). Compliance e políticas de proteção de dados. 1ed.São Paulo: Thomson Reuters Revista dos Tribunais, 2021, v. 1, p. 205-224.
8. **WIMMER, Miriam.** Cidadania, Tecnologia e Governo Digital: Proteção de Dados Pessoais no Estado Móvel a Dados. In: Alexandre F. Barbosa. (Org.). TIC Governo Eletrônico 2019. Pesquisa Sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação no Setor Público Brasileiro. 1ed.São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2020, v. 1, p. 27-36.

9. **WIMMER, Miriam.** Autoridades de Proteção de Dados Pessoais no Mundo: fundamentos e evolução na experiência comparada.. In: Felipe Palhares. (Org.). Temas Atuais de Proteção de Dados. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020, v. 1, p. 1-1.
10. **WIMMER, Miriam.** Interfaces entre Proteção de Dados Pessoais e Segurança da Informação: um debate sobre a relação entre Direito e Tecnologia. In: Danilo Doneda; Laura Schertel Mendes; Ricardo Villas Bôas Cueva. (Org.). Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. A caminho da efetividade: contribuições para a implementação da LGPD.. 1ed.Sao Paulo: Revista dos Tribunais, 2020, v. 1, p. 1-1.
11. **WIMMER, Miriam.** Responsabilidade de agentes empresariais por ilícitos administrativos praticados por sistemas de inteligência artificial. In: FRAZÃO, Ana; MULHOLLAND, Caitlin.. (Org.). Inteligência Artificial e Direito: Ética, Regulação e Responsabilidade. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019, v. 1, p. 373-396.
12. **WIMMER, Miriam.** Inteligência Artificial, Algoritmos e o Direito: um panorama dos principais desafios.. In: LIMA, Ana Paula Canto de; HISSA, Carmina Bezerra; SALDANHA, Paloma Mendes. (Org.). Direito Digital: Debates Contemporâneos. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019, v. 1, p. 1-1.
13. PIERANTI, Octavio Penna ; **WIMMER, Miriam** ; DALCANAL, Verônica . George Tavares: a técnica jurídica e a política militar. In: Fernando Sá; Oswaldo Munteal; Paulo Emílio Martins. (Org.). Os advogados e a ditadura de 1964. 1ed.Petrópolis; Rio de Janeiro: Vozes; PUC-Rio, 2010, v. 1, p. 136-147.
14. **WIMMER, Miriam**; PIERANTI, Octavio Penna . Mass media, civil society and the right to communicate in Latin America. In: Aliaa Dakroury, Mahmoud Eid, and Yahya R. Kamalipour. (Org.). The Right to Communicate::Historical Hopes, Global Debates and Future Premises. 1ed.Dubuque: Kendall/Hunt Publishing Company, 2009, v. 1, p. 343-367.
15. PIERANTI, Octavio Penna ; **WIMMER, Miriam** . Revisando a televisão: definições, desafios e novos caminhos em tempos de digitalização. In: Sebastião Squirra; Yvana Fechine. (Org.). Televisão digital: desafios para a Comunicação. Porto Alegre: Editora Sulina, 2009, v. 1, p. 324-344.
16. SCHOLZE, S. H. C. ; **WIMMER, Miriam** . A regulação das telecomunicações no Brasil: passado, presente e desafios futuros. In: Jadir Dias Proença; Patrícia Vieira da Costa; Paula Montagner. (Org.). Desafios da regulação no Brasil. Brasília: ENAP, 2009, v. , p. 155-182.

Textos em jornais de notícias/revistas

1. **WIMMER, Miriam.** Proteção de dados pessoais em tempos de pandemia: novos paradigmas para o compartilhamento e o uso secundário de dados no poder público. Panorama Setorial da Internet, online, p. 1 - 7, 17 dez. 2021.
2. **WIMMER, Miriam.** Personal data protection during the COVID-19 pandemic: new paradigms for data sharing and the secondary use of data in the public sector. Internet Sectoral Overview, online, p. 1 - 7, 17 dez. 2021.
3. **WIMMER, Miriam.** Dados Pessoais. Repensando o consentimento. Resenha ao livro Proteção de Dados Pessoais: a função e os limites do consentimento, de Bruno R. Bioni.. Portal Jota, online, 24 dez. 2018.

Trabalhos completos publicados em anais de congressos

1. **WIMMER, Miriam**; PIERANTI, Octavio Penna ; ARANHA, Marcio Iorio . O paradoxo da internet regulada: a desregulação dos serviços de valor adicionado no Brasil.. In: III CONFERÊNCIA ACORN-REDECOM, 2009, Cidade do México. III CONFERÊNCIA ACORN-REDECOM. Cidade do México: Americas Information and Communication Research Network, 2009, v. 1, p. 207-214.
2. **WIMMER, Miriam.** O direito à comunicação na Constituição de 1988: o que existe e o que falta concretizar. In: V Colóquio Brasil-Espanha de Ciências da Comunicação, 2008, Brasília. Políticas de comunicação e da cultura: contribuições acadêmicas e intervenção social, 2008.
3. **WIMMER, Miriam**; PEIXOTO, E. V. L. . Participação e Democracia nas Agências Reguladoras: como se conjugam Autonomia Decisória, Especialização Técnica e Participação Popular na Anatel. In: EnAnpad 2008, 2008, Rio de Janeiro. EnANPAD 2008. Rio de Janeiro: Anpad, 2008.
4. **WIMMER, Miriam**; PIERANTI, Octavio Penna . Serviços públicos de radiodifusão? Incoerências, insuficiências e contradições na regulamentação infraconstitucional. In: XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2008, Natal. Intercom 2008 - mídia, ecologia e sociedade, 2008.

Apresentações de Trabalho

1. **WIMMER, Miriam.** Palestra sobre LGPD para o Comitê de Proteção de Dados Pessoais do Ministério das Comunicações. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
2. **WIMMER, Miriam.** New Regulations, cross-border data flows, and Covid-19 in Latin America. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
3. **WIMMER, Miriam.** The role of OECD in Latam: the dynamics of regulatory convergence in personal data protection. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
4. **WIMMER, Miriam.** Proteção de Dados Pessoais e Inteligência Artificial. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
5. **WIMMER, Miriam.** Privacy Panel. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
6. **WIMMER, Miriam.** Tratamento da Informação Pessoal em face da LAI e da LGPD. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
7. **WIMMER, Miriam.** O Papel dos Códigos de Boas práticas na LGPD. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
8. **WIMMER, Miriam.** ANPD e as perspectivas para a regulação de dados no Brasil. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
9. **WIMMER, Miriam.** Bases legais para o tratamento de dados pessoais na LGPD. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
10. **WIMMER, Miriam.** Regulamentação da LGPD e o papel do Conselho Nacional de Proteção de Dados. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

11. **WIMMER, Miriam.** A Fireside Chat with Brazil's Data Protection Director Prof. Miriam Wimmer. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
12. **WIMMER, Miriam.** Transferências Internacionais e o Sistema de Proteção de Dados Pessoais no Brasil: caminhos para decisões de adequação. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
13. **WIMMER, Miriam.** A regulamentação e aplicação da LGPD nas Eleições. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
14. **WIMMER, Miriam.** A Conscientização pela ANPD - Autoridade Nacional de Proteção de Dados. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
15. **WIMMER, Miriam.** Going Digital: Privacy & Cybersecurity in Latin America. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
16. **WIMMER, Miriam.** Balanço de um ano de Vigência da LGPD. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
17. **WIMMER, Miriam.** Sanções administrativas da LGPD. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
18. **WIMMER, Miriam.** Consumidor Digital e a proteção de seus dados. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
19. **WIMMER, Miriam.** Implementing the Protection of Personal Information: the Brazilian Experience. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
20. **WIMMER, Miriam.** National Data Protection Authority: Expectations for 2021. 2021. (Apresentação de Trabalho/Outra).
21. **WIMMER, Miriam.** Data protection authority (DPA) roundtable. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
22. **WIMMER, Miriam.** A global issue: Extraterritorial reach of privacy and data security laws and regulations.. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
23. **WIMMER, Miriam.** 'Falta da privacidade e controle comportamental numa economia de vigilância: Outro mundo é possível?'. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
24. **WIMMER, Miriam.** Enabling international data transfers across regions. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
25. **WIMMER, Miriam.** Novos desafios, novas Instituições: as Autoridades de Proteção de Dados. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
26. **WIMMER, Miriam.** Diálogo sobre a Lei Geral de Proteção de Dados. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
27. **WIMMER, Miriam.** Transferências Internacionais de Dados: Como Assegurar o Livre Fluxo de Dados na Vigência da LGPD. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
28. **WIMMER, Miriam.** A dimensão do direito à privacidade e aos dados pessoais na sociedade. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
29. **WIMMER, Miriam.** Data protection enforcement: A dialogue between EU and Latam. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
30. **WIMMER, Miriam.** Jornada de Adequação à LGPD e aquisição da confiança do titular. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
31. **WIMMER, Miriam.** Neutralidade de Rede, Aspectos Técnicos e Políticas Públicas. 2015. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
32. **WIMMER, Miriam.** Ataques Avançados e Persistentes: mobilidade, novas tecnologias e IoT exigem uma nova postura de Segurança frente ao avanço das vulnerabilidades. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
33. **WIMMER, Miriam.** Desafios no acesso à Internet móvel: penetração, qualidade e gestão do espectro. 2014. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
34. **WIMMER, Miriam.** 'O Marco Civil da Internet e a segurança da informação'. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
35. **WIMMER, Miriam.** Redes 4G. 2012. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
36. **WIMMER, Miriam.** Banda Larga no Brasil e os direitos dos consumidores: desafios regulatórios. 2012. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
37. **WIMMER, Miriam.** Inclusão financeira por meio do celular. 2012. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
38. **WIMMER, Miriam.** Marco Civil da Internet e os direitos dos consumidores. 2012. (Apresentação de Trabalho/Outra).
39. **WIMMER, Miriam.** Marco Civil da Internet: princípios, direitos e deveres. 2012. (Apresentação de Trabalho/Outra).
40. **WIMMER, Miriam.** Definições de espectro para o futuro dos serviços digitais. 2012. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
41. **WIMMER, Miriam.** Inclusão financeira por meio do telefone celular. 2011. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
42. **WIMMER, Miriam.** TV por assinatura: novas oportunidades e modelos de negócio. 2011. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
43. **WIMMER, Miriam.** Questões Estruturantes para as Telecomunicações: PGMC, PGR.. 2011. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
44. **WIMMER, Miriam.** Revisão da Norma 04/95 - Serviços de Conexão à Internet. 2011. (Apresentação de Trabalho/Outra).
45. **WIMMER, Miriam; PIERANTI, Octavio Penna ; ARANHA, Marcio Iorio .** O paradoxo da internet regulada: a desregulação dos serviços de valor adicionado no Brasil. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
46. **WIMMER, Miriam; PIERANTI, Octavio Penna .** Serviços públicos de radiodifusão? Incoerências, insuficiências e contradições na regulamentação infraconstitucional. 2008. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
47. **WIMMER, Miriam; PEIXOTO, E. V. L. .** Participação e Democracia nas Agências Reguladoras: como se conjugam Autonomia Decisória, Especialização Técnica e Participação Popular na Anatel. 2008. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
48. **WIMMER, Miriam.** O direito à comunicação na Constituição de 1988: o que existe e o que falta concretizar. 2008. (Apresentação de Trabalho/Outra).
49. **WIMMER, Miriam.** Gazing into the future: what will the regulation of tomorrow look like?. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
50. **WIMMER, Miriam.** O futuro do serviço público. 2008. (Apresentação de Trabalho/Outra).
51. **WIMMER, Miriam.** Tendências legislativas para o setor das comunicações. 2007. (Apresentação de Trabalho/Outra).

Outras produções bibliográficas

1. **WIMMER, Miriam.** Prefácio à 2a Edição do livro Direito à Portabilidade de Dados, Interface entre Defesa da Concorrência, do Consumidor e Proteção de Dados. Rio de Janeiro, 2022. (Prefácio, Pósfacio/Prefácio)>.
2. **WIMMER, Miriam.** Prefácio ao livro Regulação e Proteção de Dados Pessoais: o princípio da accountability. Rio de Janeiro, 2022. (Prefácio, Pósfacio/Prefácio)>.
3. **WIMMER, Miriam.** Privacidade e Proteção de Dados Pessoais. Perspectivas de indivíduos, empresas e organizações públicas no Brasil - 2021.. São Paulo, 2022. (Prefácio, Pósfacio/Apresentação)>.
4. **WIMMER, Miriam.** O hiato de gênero nas carreiras ligadas às TIC: apontamentos sobre o debate em organizações internacionais. São Paulo: COMITÉ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL - CGI.br, 2021 (Artigo publicado em coletânea.).
5. **WIMMER, Miriam;** DONEDA, D. C. M. . Carta da Editora e do Editor - Dossiê Temático 'Inteligência Artificial, Ética e Epistemologia', 2021. (Prefácio, Pósfacio/Apresentação)>.
6. **WIMMER, Miriam.** Explorando o Ciberespaço Russo: Ação Coletiva Digitalmente Mediada e a Esfera Pública Interconectada. Brasília: Universidade de Brasília, 2014. (Tradução/Artigo).
7. **WIMMER, Miriam.** Reforma legislativa da televisão no Chile ante o futuro digital: um passo à frente, outro atrás. Brasília: Revista de Direito, Estado e Telecomunicações, 2010. (Tradução/Artigo).
8. **WIMMER, Miriam.** Civil Rights e ação afirmativa nos Estados Unidos: uma visão geral. Rio de Janeiro: Renovar, 2006. (Tradução/Artigo).

Produção técnica

Trabalhos técnicos

1. **WIMMER, Miriam;** CAVALCANTI, D. B. ; CARVALHO, L. L. B. ; HENRIKSEN, A. L. ; RAUEN, C. V. ; BRITO, M. T. S. ; MENEZES, P. G. ; CONCEICAO, S. B. . Estratégia Brasileira para a Transformação Digital. 2018.
2. **WIMMER, Miriam;** e outros . Estudo técnico para atualização da regulamentação das telecomunicações no Brasil. 2008.

Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia

1. **WIMMER, Miriam;** SOMBRA, T. . Casa JOTA: prioridades da agenda regulatória e efeitos da nova fase da LGPD. 2021. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
2. **WIMMER, Miriam;** GOMES, M. C. O. . Entrevista para o programa 'Data Café' - Episódio 1. 2021. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
3. **WIMMER, Miriam.** Diretora diz esperar que autoridade de dados seja autarquia já em 2022.. 2021. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
4. **WIMMER, Miriam.** Discussion with ANPD Director Miriam Wimmer - Feb 3, 2021. 2021. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
5. **WIMMER, Miriam;** MATTIUZZO, M. ; FAGA, S. ; FRAGA, V. . 4º Episódio IBRACCAST- Interações Entre a Lei Geral de Proteção de Dados e o Direito da Concorrência. 2021.
6. **WIMMER, Miriam;** BARRETO, F. ; PALHARES, F. ; CIRNE, R. . Webinar Live Bússula/Exame sobre os 4 meses em vigor da LGPD. 2021. (Programa de rádio ou TV/Mesa redonda).
7. **WIMMER, Miriam.** Ciência é Tudo fala sobre conectividade. 2020. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
8. **WIMMER, Miriam;** ALVES, F. M. . Entrevista com Miriam Wimmer, PhD, CIPP/E, Diretora de Serviços de Telecomunicações @ MCTIC. 2020. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
9. **WIMMER, Miriam.** Foco inicial será criar cultura de dados, diz presidente da ANPD. 2020. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
10. **WIMMER, Miriam.** ADM Entrevista: Lei Geral de Proteção de Dados. 2019. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
11. **WIMMER, Miriam.** Projeto Banda Larga 0800 disponibiliza acesso gratuito à Internet por meio de smartphones. 2012. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
12. **WIMMER, Miriam.** Novas regras para o mercado de TV por Assinatura. 2012. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

Demais tipos de produção técnica

1. **WIMMER, Miriam.** Curso Livre CEPI-FGV-SP / ISOC: Privacidade, Proteção de dados pessoais e criptografia. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
2. **WIMMER, Miriam.** Os desafios do Enforcement na LGPD. 2021. .
3. **WIMMER, Miriam.** Curso Básico em Proteção de Dados - Centro de Formação do STJ - Turma A. 2021. .
4. **WIMMER, Miriam.** Curso Básico em Proteção de Dados - Centro de Formação do STJ - Turma C. 2021. .
5. **WIMMER, Miriam.** Internet e Jurisdição. 2021. .
6. **WIMMER, Miriam.** Curso Básico em Proteção de Dados - Centro de Formação do STJ - Turma B. 2021. .
7. **WIMMER, Miriam.** Publicadores de Dados. Proteção de Dados Pessoais (Open Knowledge Foundation). 2020. .
8. **WIMMER, Miriam.** Minicurso de Direito Digital (IDP). Governança da Internet. Inteligência Artificial.. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
9. **WIMMER, Miriam;** e outros . Workshop: Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e MP 869 (IDP). 2019. .
10. **WIMMER, Miriam;** e outros . Curso sobre a Lei Geral de Proteção de Dados - Defensoria Pública do Estado de São Paulo. 2019. .
11. **WIMMER, Miriam.** Big Data e suas Implicações Socioeconômicas (IPEA). 2019. .
12. **WIMMER, Miriam.** Módulo Avançado Proteção de Dados Pessoais na Administração Pública. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
13. **WIMMER, Miriam.** Proteção de Dados Pessoais (Escola Nacional de Administração Pública - ENAP). 2018. .
14. **WIMMER, Miriam;** e outros . Proteção de Dados Pessoais (Ópice Blum Academy). 2018. .

15. **WIMMER, Miriam**; e outros . TIC enquanto elemento de transformação digital do Estado (Programa de Desenvolvimento de Lideranças ENAP). 2018. .
16. **WIMMER, Miriam**; e outros . O desafio do governo digital: As novas tecnologias no setor público e o desafio da transformação digital (ENAP). 2018..
17. **WIMMER, Miriam**. O Programa Nacional de Banda Larga (Escola Nacional de Direito do Consumidor). 2011. .
18. **WIMMER, Miriam**. Relações Internacionais e as Telecomunicações (CESPE - UnB). 2011. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
19. **WIMMER, Miriam**. Principais aspectos jurídicos no planejamento e estruturação de contratos de telecomunicações (Institute for International Research). 2005. .

Bancas

Participação em bancas de trabalhos de conclusão

Mestrado

1. **WIMMER, Miriam**; KASSMAYER, K.; PINHEIRO, Guilherme P.. Participação em banca de Andreia Costa Feitosa. REGULAÇÃO POR EXPOSIÇÃO (SUNSHINE REGULATION) NO SETOR DO SANEAMENTO BÁSICO: a experiência da ARSAE/MG. 2022. Dissertação (Mestrado em Mestrado Profissional em Direito) - Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (DF).
2. WANG, Daniel Wei Liang; SUNDFELD, C. A.; **WIMMER, Miriam**. Participação em banca de Gabriela Tiemi Moribe. Palavras-chave : a proteção de dados pessoais na SENACON. 2022. Dissertação (Mestrado em Mestrado Acadêmico em Direito) - Fundação Getúlio Vargas.
3. PINHEIRO, Guilherme P.; LOPES, O. A.; **WIMMER, Miriam**. Participação em banca de Marco Aurélio Gonçalves de Oliveira. ENTRE EFICIÊNCIA E INTERESSE PÚBLICO: uma proposta de proceduralização para solucionar o paradoxo das decisões administrativas sancionadoras. 2022. Dissertação (Mestrado em Mestrado Profissional em Direito) - Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (DF).
4. **WIMMER, Miriam**; ARAUJO, L. E. D.; SAPUCAIA, M.. Participação em banca de Caio Jose de Oliveira Alves. DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA, MÍNIMO EXISTENCIAL E ENERGIA ELÉTRICA: O RECONHECIMENTO DE OUTRO DIREITO FUNDAMENTAL?. 2022. Dissertação (Mestrado em Mestrado Profissional em Direito) - Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (DF).
5. ARANHA, Marcio Iório; VEALE, M.; **WIMMER, Miriam**. Participação em banca de José Renato Laranjeira de Pereira. Openness doesn't hurt: enforcing qualified machine-learning transparency through responsive regulation. 2022. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de Brasília.
6. PINHEIRO, Guilherme P.; DONEDA, D. C. M.; **WIMMER, Miriam**. Participação em banca de Rafael Silveira Garcia. O PAPEL DA AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E OS CO-LEGITIMADOS NA DEFESA DOS TITULARES DE DADOS PESSOAIS. 2021. Dissertação (Mestrado em Constituição e Sociedade) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.
7. MENDES, L. S.; PINHEIRO, Guilherme P.; **WIMMER, Miriam**. Participação em banca de Cristiane Podgurski. O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS NOS ÂMBITOS GERAL E CRIMINAL: PRINCIPAIS CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ENTRE O REGULAMENTO 679 E A DIRETIVA 580 DA UNIÃO EUROPEIA. 2021. Dissertação (Mestrado em Constituição e Sociedade) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.
8. DOMINGUES, J. O.; LOCHAGIN, G. L.; TOMASEVICIUS FILHO, E.; **WIMMER, Miriam**; FRAZAO, A. O.. Participação em banca de Pietra Daneluzzi Quinelato. Preços personalizados à luz da Lei Geral de Proteção de Dados: viabilidade e juridicidade. 2021. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de São Paulo.
9. PEREIRA, F. H. U.; MENDES, L. S.; ABRUSIO, J.; **WIMMER, Miriam**. Participação em banca de Thaisa Fonseca Simões. Revisão humana de decisões algorítmicas: por uma interpretação sistemática do artigo 20 da LGPD. 2021. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Direito, Justiça e Desenvolvimento) - Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa.
10. **WIMMER, Miriam**; SUNDFELD, C. A.; VIANA, U. S.. Participação em banca de Davi Carvalho Soub. LEI NO 13.655: A REAÇÃO LEGISLATIVA AO PRINCIPIOLOGISMO DECISÓRIO. SEGURANÇA JURÍDICA E DEVIDO PROCESSO LEGAL DECISÓRIO COMO VETORES DE APLICAÇÃO EM MEIO À NOVA ORDEM PRINCIPIOLOGICA.. 2021. Dissertação (Mestrado em Constituição e Sociedade) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.
11. PINHEIRO, Guilherme P.; MORISHITA, R.; **WIMMER, Miriam**. Participação em banca de Francisco Martins de Araújo Neto. A ADEQUAÇÃO E CONTRIBUIÇÃO DO MODELO REGULATÓRIO DO COMUNITARISMO DE REDE NO COMBATE ÀS FAKE NEWS SOBRE O PROCESSO ELEITORAL NAS ELEIÇÕES DE 2020. 2021. Dissertação (Mestrado em Mestrado Profissional em Direito) - Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (DF).
12. MENDES, L. S.; ANTONIALLI, D.; SILVA, V. A.; **WIMMER, Miriam**. Participação em banca de Marcela Mattiuzzo. Algorithmic Discrimination - The Challenge of Unveiling Inequality in Brazil. 2019. Dissertação (Mestrado em Faculdade de Direito) - Faculdade de Direito da USP.

Teses de doutorado

1. MULHOLLAND, C.; FRAZAO, A. O.; NEGRI, S. M. C. A.; PELE, A. I.; **WIMMER, Miriam**. Participação em banca de Isabella Zalcberg Frajhof. Direito à explicação e proteção de dados pessoais nas decisões por algoritmos de inteligência artificial. 2022. Tese (Doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
2. MAFEI, R.; MENDES, L. S.; MULHOLLAND, C.; DONEDA, D. C. M.; ANTONIALLI, D.; **WIMMER, Miriam**. Participação em banca de Renato Leite Monteiro. Desafios para a efetivação do direito à explicação na Lei Geral de Proteção de Dados do Brasil. 2021. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de São Paulo.

Qualificações de Doutorado

1. ABOUDI, G.; MARCHIONATTI, D.; **WIMMER, Miriam**. Participação em banca de Jordana Lima. A atividade normativa do CNJ e sua colmatação pelo STF. 2022. Exame de qualificação (Doutorando em Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito Constitucional) - Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (DF).
2. MORAES, G. G. B. L.; TORRES, C. J.; MINOTTI, R. T.; SANTANA, A. C. F.; **WIMMER, Miriam**. Participação em banca de André Augusto Giuriatto Ferreira. Um modelo jurídico da integração ambiental a partir de casos de crise hídrica. 2022. Exame de qualificação (Doutorando em Direito) - Universidade de Brasília.
3. MAPEI, R.; SARLET, G. B. S.; **WIMMER, Miriam**. Participação em banca de Maria Cecília Oliveira Gomes. Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais: função e sistematização na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. 2022. Exame de qualificação (Doutorando em Direito) - Universidade de São Paulo.
4. MENDES, L. S.; SAUAIÁ, H.; VELOSO, R.; **WIMMER, Miriam**. Participação em banca de Hugo Assis Passos. A Análise da Repercussão Geral da Questão Constitucional: O uso da Inteligência Artificial e seus Limites. 2021. Exame de qualificação (Doutorando em Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito Constitucional) - Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (DF).

Qualificações de Mestrado

1. WANG, Daniel Wei Liang; SUNDFELD, C. A.; **WIMMER, Miriam**. Participação em banca de Gabriela Tiemi Moribe. A proteção de dados pessoais na Secretaria Nacional do Consumidor. 2022. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado Acadêmico em Direito) - Fundação Getúlio Vargas.
2. CORREIA NETO, C. B.; **WIMMER, Miriam**; FERNANDES, V. O.; PINHEIRO, Guilherme P.. Participação em banca de CARLOS HENRIQUE ALMEIDA JOSÉ E AZEVEDO. A REGULAÇÃO DE SERVIÇOS OVER-THE-TOP (OTT) DE VIDEO ON DEMAND (VOD) NO BRASIL OS RISCOS DA INÉRCIA REGULATÓRIA. 2022. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado Acadêmico em Direito) - Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (DF).
3. **WIMMER, Miriam**; SAPUCAIA, M.; ARAUJO, L. E. D.. Participação em banca de Caio José Alves. ACERCA DA POSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO DE UM DIREITO FUNDAMENTAL AO ACESSO À ENERGIA ELÉTRICA NO CONTEXTO DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988: ABORDAGEM DE UMA PERSPECTIVA PRESTACIONAL ANCORADA NA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. 2022. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado Profissional em Direito) - Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (DF).
4. **WIMMER, Miriam**; TOMAZETTE, M.; MURARO, L.; SAPUCAIA, M.. Participação em banca de Juliana Ribeiro Cardoso. DA TEORIA À PRÁTICA - A ANÁLISE DOS AVANÇOS JURÍDICOS PARA A CONTRATAÇÃO PÚBLICA DE SOLUÇÃO INOVADORA, COM BASE NO MARCO LEGAL DAS STARTUPS E DO EMPREENDEDORISMO INOVADOR: UM ESTUDO DO CERTAME PILOTO DO PROGRAMA PETROBRAS CONEXÕES PARA INOVAÇÃO. 2022. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado Profissional em Direito) - Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (DF).
5. MENDES, L. S.; ROBL FILHO, I. N.; **WIMMER, Miriam**. Participação em banca de Alisson Alessandro Possa. A REGULAÇÃO DE NEURODIREITOS COMO NOVOS DIREITOS FUNDAMENTAIS. 2022. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado Acadêmico em Direito) - Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (DF).
6. **WIMMER, Miriam**; PINHEIRO, Guilherme P.; WUNDERLICH, A. L.. Participação em banca de José Emiliano Paes Landim Neto. RESPONSABILIDADE CIVIL DOS AGENTES DE TRATAMENTO À LUZ DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS Efetividade Na Proteção De Dados Pessoais. 2022. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado Profissional em Direito) - Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (DF).
7. MENDES, L. S.; DONEDA, D. C. M.; **WIMMER, Miriam**. Participação em banca de Daniel T. Stivelberg. Regulação de inteligência artificial e instituições financeiras e assemelhadas: preocupações epistêmicas, normativas e responsabilidade. 2022. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado Acadêmico em Direito) - Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (DF).
8. MENDES, L. S.; COUTINHO, D.; **WIMMER, Miriam**. Participação em banca de Flávia Lubieska N. Kischelewski. Autodeterminação informativa: revisão e novas proposições para defesa e efetividade do direito em benefício do titular. 2022. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado Profissional em Direito) - Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (DF).
9. **WIMMER, Miriam**; DONEDA, D. C. M.; PINHEIRO, Guilherme P.. Participação em banca de Poliene Rieger. "PRIVACIDADE MENTAL E LIBERDADE COGNITIVA: PERSPECTIVAS E DESDOBRAMENTOS PARA NOVOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO E APLICAÇÃO DE NEUROTECNOLOGIA. 2022. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado Profissional em Direito) - Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (DF).
10. **WIMMER, Miriam**; FERNANDES, V. O.; PINHEIRO, Guilherme P.. Participação em banca de MARCUS VINICIUS SILVEIRA DE SÁ. O FIM DO PREÇO-CENTRISMO? REDISCUSSÃO DO PAPEL DO DIREITO ANTITRUSTE E SEU FERRAMENTAL CLÁSSICO NA ECONOMIA DIGITAL. 2022. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado Profissional em Direito) - Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (DF).
11. ROSENVALD, N.; BENICIO, H. A. C.; **WIMMER, Miriam**. Participação em banca de Thyago Ribeiro Soares. PUBLICIDADE REGISTRAL E CENTRAIS ELETRÔNICAS NACIONAIS DE CARTÓRIOS: UMA ANÁLISE À LUZ DO DIREITO FUNDAMENTAL À PROTEÇÃO DE DADOS E À AUTODETERMINAÇÃO INFORMATIVA NO BRASIL. 2022. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado Profissional em Direito) - Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (DF).
12. PINHEIRO, Guilherme P.; MORISHITA, R.; **WIMMER, Miriam**. Participação em banca de Francisco Martins de Araújo Neto. A adequação e contribuição do modelo regulatório do comunitarismo de rede no combate às fake news sobre o processo eleitoral nas eleições de 2020. 2021. Exame de qualificação (Mestrando em Constituição e Sociedade) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.
13. **WIMMER, Miriam**; VIANA, U. S.; SAPUCAIA, M.. Participação em banca de Davi Carvalho Soub. A Reação Legislativa ao Principlologismo Decisório. A Nova LINDB como um Aperfeiçoamento da Nova Ordem Principlologica à Luz das Novas Experiências Constitucionais e Administrativas assentado em um Devido Processo Decisório. 2021. Exame de qualificação (Mestrando em Constituição e Sociedade) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.
14. MENDES, L. S.; PINHEIRO, Guilherme P.; **WIMMER, Miriam**. Participação em banca de Cristiane Podgurski. (a definir). 2021. Exame de qualificação (Mestrando em Constituição e Sociedade) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.

15. PINHEIRO, Guilherme P.; MENDES, L. S.; **WIMMER, Miriam**. Participação em banca de Rafael Silveira Garcia. O papel da Autoridade Nacional de Proteção de Dados e os Co-Legitimados na defessa dos titulares de dados pessoais. 2020. Exame de qualificação (Mestrando em Constituição e Sociedade) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.
16. BIANCO, Nelia R.; ARANHA, Marcio Iorio; **WIMMER, Miriam**. Participação em banca de Marcelo Mendes Barbosa. Neutralidade da Rede e Produção Científica: influência, aspectos e alinhamento teórico-ideológico de autores. 2014. Exame de qualificação (Mestrando em Comunicação) - Universidade de Brasília.

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1. ALVES, Marco Antonio Sousa; BRANDAO, L.; **WIMMER, Miriam**. Participação em banca de Davi Teófilo Nunes Oliveira. Privacidade e proteção de dados: possibilidades e desafios do direito de acesso a dados pessoais. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
2. ARANHA, Marcio Iório; MENDES, L. S.; **WIMMER, Miriam**. Participação em banca de Ana Vitória Cavalcante de Carvalho Marques. A relação entre a Lei brasileira 13.709/18 e o arcabouço jurídico para proteção de dados pessoais do Japão e da Coreia do Sul a partir do modelo TLCS. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade de Brasília.
3. FRAZAO, A. O.; MENDES, L. S.; **WIMMER, Miriam**. Participação em banca de Giovanna Milanez Tavares. O tratamento de dados pessoais disponíveis publicamente e os limites impostos pela Lei Geral de Proteção de Dados. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade de Brasília.
4. **WIMMER, Miriam**; PINHEIRO, Guilherme P.; LINDOSO, M. C.. Participação em banca de Yara Andressa C. do Nascimento. Bases legais para o tratamento de dados pessoais: uma comparação entre o consentimento e o legítimo interesse. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.
5. **WIMMER, Miriam**; PINHEIRO, Guilherme P.; LEITE, G.. Participação em banca de Marcelo Silveira de Souza. O papel do Ministério Público no enforcement da Lei Geral de Proteção de Dados e demais desdobramentos da aprovação da LGPD no Judiciário brasileiro. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.
6. PINHEIRO, Guilherme P.; SANKIEVICZ, A.; **WIMMER, Miriam**. Participação em banca de André Luís Falcão da Gama Martins Carvalho. A Proteção Normativa dos Dados Pessoais carece de Tutela Penal? A Proporcionalidade da Criminalização do Compartilhamento Indevido de Dados Pessoais. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.
7. **WIMMER, Miriam**; PINHEIRO, Guilherme P.; JUNQUEIRO, T. A.. Participação em banca de Lara Gabriela Maia Borges. Tecnologia no mercado jurídico e a maximização da atuação dos operadores do direito no processo decisório. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.
8. **WIMMER, Miriam**; PINHEIRO, Guilherme P.; ALVES JR., S. A. G.. Participação em banca de Mairon Micael Soares Rocha. Uma análise da LGPD e a identificação dos agentes de tratamento de dados pessoais e suas responsabilidades, na operação de marketing digital da BB Seguros. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.
9. PINHEIRO, Guilherme P.; FERNANDES, V. O.; **WIMMER, Miriam**. Participação em banca de Viviane Prisila Fortunato. Open Banking: uma análise do modelo brasileiro, à luz da Lei Geral de Proteção de Dados. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.
10. PINHEIRO, Guilherme P.; **WIMMER, Miriam**; SANKIEVICZ, A.. Participação em banca de Milton Rodrigues de Aragão. O começo, meio e fim da coleta e proteção de dados pessoais e as possíveis consequências jurídicas e financeiras para o próprio Estado, sob a égide da Lei 13.709/2018. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.
11. **WIMMER, Miriam**; PINHEIRO, Guilherme P.; SANKIEVICZ, A.. Participação em banca de Patrícia Berto Buani. A compatibilidade entre o ordenamento jurídico brasileiro e a Convenção sobre Cibercrimes. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.
12. PINHEIRO, Guilherme P.; CUNHA FILHO, M. C.; **WIMMER, Miriam**. Participação em banca de Pedro Raphael Vieira Melo. Reconhecimento facial automatizado para fins de segurança pública e seus riscos aos titulares dos dados biométricos. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.
13. PINHEIRO, Guilherme P.; GOMES, M. T. U.; **WIMMER, Miriam**. Participação em banca de Victor Nabhan Silveira. Lei Geral de Proteção de Dados aplicada à Saúde. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.
14. **WIMMER, Miriam**; PINHEIRO, Guilherme P.; JUNQUEIRO, T. A.. Participação em banca de Tayná Gouveia Ramos. Telemedicina em tempos de pandemia: aspectos regulatórios e os desafios associados à proteção de dados pessoais. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.
15. PINHEIRO, Guilherme P.; ROSA, L. S.; **WIMMER, Miriam**. Participação em banca de Cláudio Henrique Silva. DIREITO AO ESQUECIMENTO E A LIBERDADE DE IMPRENSA: Colisão de direito no ordenamento jurídico brasileiro. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.
16. Veronesse, A.; ARANHA, Marcio Iorio; **WIMMER, Miriam**. Participação em banca de Karina Ellen do Nascimento Miranda. Regulação e autorregulação do marketing de influência no ambiente digital brasileiro - Um estudo à luz das teorias de Lawrence Lessig e Andrew Murray. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade de Brasília.
17. ALMEIDA, G. H. L. R.; **WIMMER, Miriam**; LAENDER, Gabriel Boavista. Participação em banca de Rodrigo de Oliveira Fernandes. Serviços titularizados pelo Estado e Regime Priado. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Faculdade de Direito) - Universidade de Brasília.
- 18.

MW

18. **WIMMER, Miriam; DINIZ, D. M.; LAENDER, Gabriel Boavista.** Participação em banca de Éder Moraes Abdão.A utilização da prova indiciária nos processos administrativos sancionadores pecuniários das agências reguladoras. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Faculdade de Direito) - Universidade de Brasília.
19. **WIMMER, Miriam; RABELLO de CASTRO, S.; MIRAGAYA, R.; SOUZA, R..** Participação em banca de Ana Beatriz Pollo Macedo.Áreas de Proteção ao Ambiente Cultural: uma Modalidade de Preservação. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
20. **WIMMER, Miriam; SOUZA, R.; MIRAGAYA, R.; RABELLO de CASTRO, S..** Participação em banca de Sabrina Bravo Nazar.A responsabilidade civil extracontratual do Estado pela omissão do poder de polícia ambiental. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
21. **WIMMER, Miriam; SOUZA, R.; MIRAGAYA, R.; RABELLO de CASTRO, S..** Participação em banca de Amanda Fernandes da Silva.A função reguladora no brasil e os órgãos incumbidos da sua execução. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Participação em bancas de comissões julgadoras

Outras participações

1. **WIMMER, Miriam; RIBEIRO, T.; NAGASAKI, J..** Banca examinadora de ingresso no programa de Mestrado em Direito do IDP. 2022. Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (DF).
2. **WIMMER, Miriam.** Banca examinadora de ingresso no programa de Mestrado em Direito do IDP. 2021. INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1. Bragfost. Ethics and AI. 2020. (Congresso).
2. Acesso à Internet e direitos do consumidor: balanço e perspectivas.Desafios no acesso à Internet móvel: penetração, qualidade e gestão do espectro. 2014. (Seminário).
3. Datacenterdynamics Converged.Novo Marco Civil da Internet: desafios e vantagens para o setor de datacenters. 2014. (Seminário).
4. IT Security Executive Meeting.O Marco Civil da Internet e a segurança da informação. 2014. (Seminário).
5. Security Leaders Forum Brasília. Marco Civil da Internet e a nova era da Segurança da Informação. 2014. (Congresso).
6. Seminário Mídia, Democracia e Transparência.Mídia, Democracia e Transparência. 2014. (Seminário).
7. 12o Seminário Políticas de (Tele)comunicações.Debate: A regulação da Internet no Brasil. 2013. (Seminário).
8. Audiência Pública sobre o Marco Civil da Internet.Marco Civil da Internet: princípios, direitos e deveres.. 2012. (Outra).
9. Audiência Pública sobre o Marco Civil da Internet.Marco Civil da Internet e os direitos dos consumidores. 2012. (Outra).
10. Banda Larga no Brasil e os direitos dos consumidores.Banda Larga no Brasil e os direitos dos consumidores: desafios regulatórios. 2012. (Seminário).
11. II Fórum da Internet no Brasil.n/a. 2012. (Encontro).
12. Lançamento do Plano de Ação para Fortalecimento do Ambiente Institucional no âmbito da Parceria Nacional de Inclusão Financeira.Inclusão financeira por meio do celular. 2012. (Outra).
13. Redes 4G - Comitê de TICs da AMCHAM.Llicitação de 4G rfo Brasil. 2012. (Seminário).
14. Audiência Pública Conjunta CCTCI e CDEIC - Camara dos Deputados - Revisão da Norma 04/95.Revisão/atualização da Norma 04/95. 2011. (Outra).
15. Audiência Pública sobre a qualidade dos serviços de telecomunicações na Região Norte.n/a. 2011. (Outra).
16. Curso de Formação da Anatel - CESPE/UNB.Relações Internacionais e as Telecomunicações. 2011. (Outra).
17. I Fórum da Internet no Brasil.-. 2011. (Outra).
18. III Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira. Inclusão Financeira via Celular. 2011. (Congresso).
19. Oficina Temática sobre Serviços de Telecomunicações da Escola Nacional de Direito do Consumidor.O Programa Nacional de Banda Larga. 2011. (Outra).
20. Seminário TV por Assinatura: novas redes,novos mercados, novos direitos.Novas oportunidades e modelos de negócio. 2011. (Seminário).
21. XXV Seminário Internacional da Associação Brasileira de Direito da Informática e Telecomunicações. Questões Estruturantes para as Telecomunicações: PGMC, PGR. 2011. (Congresso).
22. Acorn Redecom Conference. Moderadora do painel. 2010. (Congresso).
23. Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações.Apresentação oral. 2010. (Outra).
24. Conferência Mundial de Desenvolvimento das Telecomunicações (CMDT-10).Contribuições brasileiras à CMDT-10. 2010. (Outra).
25. UIT - Working Group on Human Resource Development; Working Group on Private Sector and Telecommunication Development Advisory Group.-. 2010. (Encontro).
26. CITEL - XVI Reunión del Grupo de Trabajo Preparatorio de Conferencias.Contribuições brasileiras. 2009. (Outra).
27. UIT - Americas Regional Preparatory Meeting for the World Telecommunication Development Conference.Contribuições brasileiras. 2009. (Outra).
28. UIT - Working Group on Human Resource Development; Working Group on Private Sector and Telecommunication Development Advisory Group.-. 2009. (Encontro).

ANAL

29. Ciclo de Debates LapCom - O Futuro do Serviço Público. O futuro do serviço público. 2008. (Encontro).
30. International Bar Associations 2008 Annual Conference. Gazing into the future: what will the regulation of tomorrow look like?. 2008. (Congresso).
31. International Telecommunications Union - Development Sector - Third meeting of Study Group 2. Universal Telecommunication Services in Rural and Remote Areas. 2008. (Encontro).
32. V Colóquio Brasil-Espanha de Ciências da Comunicação. O direito à comunicação: o que existe e o que falta concretizar. 2008. (Outra).
33. XI Cúpula de Reguladores Regulatel/AHCIET-. 2008. (Encontro).
34. XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Serviços Públicos de radiodifusão? Incoerências, insuficiências e contradições na regulamentação infraconstitucional. 2008. (Congresso).
35. ABDI. Apresentadora do trabalho. Tendências legislativas para o setor das comunicações. 2007. (Encontro).

Orientações

Orientações e supervisões em andamento

Dissertação de mestrado

1. Carlos Henrique Almeida José e Azevedo. A regulação de serviços over-the-top (OTT) de video on demand (VOD) no Brasil. Os riscos da inéria regulatória.. Início: 2022. Dissertação (Mestrado em Mestrado Acadêmico em Direito) - Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (DF). (Coorientador).
2. Luis Mauricio Carvalho e Silva. Mecanismos judiciais de controle de disseminação de fake news Análise da legislação vigente em um ambiente de pré-aprovação do PL 2630/2020 e perspectivas do futuro com a aprovação no projeto no estado em que se encontra. Início: 2022. Dissertação (Mestrado profissional em Mestrado Profissional em Direito) - Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (DF). (Orientador).
3. MARCUS VINICIUS SILVEIRA DE SÁ. O FIM DO PREÇO-CENTRISMO? Rediscussão do papel do direito antitruste e seu ferramental clássico na economia digital. Início: 2022. Dissertação (Mestrado profissional em Mestrado Profissional em Direito) - Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (DF). (Orientador).
4. CLAUDIO LUIZ JANDREY. (A definir). Início: 2022. Dissertação (Mestrado profissional em Mestrado Profissional em Direito) - Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (DF). (Orientador).
5. Poliene Rieger. OS NEURO DIREITOS DE PRIVACIDADE MENTAL E LIBERDADE COGNITIVA: PERSPECTIVAS E DESDOBRAMENTOS PARA NOVOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E DA PERSONALIDADE NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO E APLICAÇÃO DA NEUROTECNOLOGIA. Início: 2021. Dissertação (Mestrado profissional em Constituição e Sociedade) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA. (Orientador).
6. Juliana Ribeiro Cardoso. Contratações públicas de soluções inovadoras com base no Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador. Início: 2021. Dissertação (Mestrado profissional em Constituição e Sociedade) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA. (Orientador).
7. José Emiliano Paes Landim Neto. Responsabilidade civil dos agentes de tratamento de dados pessoais. Início: 2021. Dissertação (Mestrado profissional em Mestrado Profissional em Direito) - Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (DF). (Orientador).

Orientações e supervisões concluídas

Dissertação de mestrado

1. Caio Jose de Oliveira Alves. DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA, MÍNIMO EXISTENCIAL E ENERGIA ELÉTRICA: O RECONHECIMENTO DE OUTRO DIREITO FUNDAMENTAL?. 2022. Dissertação (Mestrado em Constituição e Sociedade) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA, . Orientador: Miriam Wimmer.
2. DAVI CARVALHO SOUB. LEI No 13.655: A REAÇÃO LEGISLATIVA AO PRINCIPIOLOGISMO DECISÓRIO. SEGURANÇA JURÍDICA E DEVIDO PROCESSO LEGAL DECISÓRIO COMO VETORES DE APLICAÇÃO EM MEIO À NOVA ORDEM PRINCIPIOLÓGICA,. 2021. Dissertação (Mestrado em Constituição e Sociedade) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA, . Orientador: Miriam Wimmer.
3. Andreia Costa Feitosa. A REGULAÇÃO POR EXPOSIÇÃO (SUNSHINE REGULATION) NO SETOR DO SANEAMENTO BÁSICO À LUZ DA LEI No 14.026/2020. 2021. Dissertação (Mestrado em Constituição e Sociedade) - Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (DF), . Orientador: Miriam Wimmer.

Monografia de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização

1. Débora Ferreira Machado. Da Prova Digital à Proteção de Dados de Conteúdo. 2019. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós Graduação Lato Sensu em Direito Civil Contemporâneo) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA. Orientador: Miriam Wimmer.

Trabalho de conclusão de curso de graduação

1. Marcelo Silveira de Souza. O papel do Ministério Público no enforcement da Lei Geral de Proteção de Dados e demais desdobramentos da aprovação da LGPD no Judiciário brasileiro. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em

- Direito) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA. Orientador: Miriam Wimmer.
2. Yara Andressa C. do Nascimento. Bases legais para o tratamento de dados pessoais: uma comparação entre o consentimento e o legítimo interesse. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA. Orientador: Miriam Wimmer.
3. Lara Gabriela Maia Borges. Tecnologia no mercado jurídico e a maximização da atuação dos operadores do direito no processo decisório. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA. Orientador: Miriam Wimmer.
4. Mairon Micael Soares Rocha. Uma análise da LGPD e a identificação dos agentes de tratamento de dados pessoais, e suas responsabilidades, na operação de marketing digital da BB Seguros. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA. Orientador: Miriam Wimmer.
5. Tayná Gouveia Ramos. Telemedicina em tempos de pandemia: aspectos regulatórios e os desafios associados à proteção de dados pessoais. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA. Orientador: Miriam Wimmer.
6. Patricia Berto Buani. A compatibilidade entre o ordenamento jurídico brasileiro e a Convenção sobre Cibercrimes. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA. Orientador: Miriam Wimmer.

Outras informações relevantes

Participante do International Leadership Visitors Program, a convite do Departamento de Estado dos EUA, sobre legislação e regulação para a era digital. Representante do governo brasileiro e bolsista da Korean Agency for Digital Opportunity and Promotion (KADO) para o "Central & South America National Informatization Expert Course" em Seul, Coréia do Sul, durante o mês de maio de 2008. Bolsista da Association for International Education in Japan (AIEJ), órgão vinculado ao governo japonês, e bolsista da Universidade de Waseda, Tóquio, Japão, para o "International Division Program", de setembro/2001 a julho/2002, onde foi reconhecida com Distinção Acadêmica.

Página gerada pelo Sistema Currículo Lattes em 13/11/2022 às 9:29:23

Brasília, 13 de novembro de 2022

Miriam Wimmer

**Art. 383, inciso I, alínea b, item 1, do
Regimento Interno do Senado Federal**

**Declaração da indicada quanto à existência de
parentes que exercem ou exerceiram
atividades, públicas ou privadas, vinculadas a
sua atividade profissional, com a
discriminação dos referidos períodos**

mmn

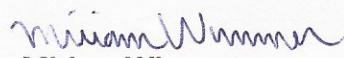
Item 1 da alínea “b” do inciso I do artigo 383 do Regimento Interno do
Senador Federal

Declaração

Relativo a parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas à minha atividade profissional, em cumprimento ao item 1 da alínea “b” do inciso I do artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal, declaro que:

- Meu cônjuge, Octavio Penna Pieranti, é servidor público federal, em exercício na Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel;
- Não possuo outros parentes que exercem ou exerceram atividades públicas ou privadas vinculadas a minha atividade profissional.

Brasília, 12 de novembro de 2022.


Miriam Wimmer
CPF 085.757.807-35

**Art. 383, inciso I, alínea b, item 2, do
Regimento Interno do Senado Federal**

**Declaração da indicada quanto à sua
participação, em qualquer tempo, como sócia,
proprietária ou gerentes de empresas ou
entidades não governamentais, com a
discriminação dos referidos períodos**

mmr

Item 2 da alínea “b” do inciso I do artigo 383 do Regimento Interno do
Senador Federal

Declaração

Declaro, em cumprimento ao item 2 da alínea “b” do inciso I do artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal, que não participei, em qualquer tempo, como sócia, proprietária ou gerente de empresas ou entidades não governamentais.

Brasília, 12 de novembro de 2022.

Miriam Wimmer

Miriam Wimmer

CPF 085.757.807-35

**Art. 383, inciso I, alínea b, item 3, do
Regimento Interno do Senado Federal**

**Declaração da indicada de regularidade fiscal,
nos âmbitos federal, estadual e municipal e
documentação comprobatória**

Mur

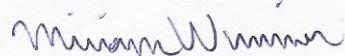
Item 3 da alínea “b” do inciso I do artigo 383 do Regimento Interno do
Senador Federal

Declaração

Eu, **MIRIAM WIMMER**, portadora da Carteira de Identidade de nº 011795720-9 e inscrito no CPF sob o nº 085.757.807-35, DECLARO, para efeitos do atendimento ao disposto no Item 3 da alínea “b” do inciso I do artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal, que:

Não possuo pendências fiscais nos âmbitos federal, estadual, municipal ou distrital, conforme documentação em anexo.

Brasília, 12 de novembro de 2022.


Miriam Wimmer
CPF 085.757.807-35



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: MIRIAM WIMMER
CPF: 085.757.807-35

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 21:07:10 do dia 12/11/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 11/05/2023.

Código de controle da certidão: **356C.1B17.3BAA.0250**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

MW



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
FROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
INFORMAÇÕES DE APOIO PARA EMISSÃO DE CERTIDÃO

Por meio do e-CAC - CPF do código de acesso: 085.757.807-35
12/11/2022 21:16:29
Página: 1 / 1

CPF: 085.757.807-35 - MIRIAM WIMMER

Dados Cadastrais

UA de Domicílio:	DRF BRASILIA-DF	Código da UA:	01.101.00
Endereço:	QD SON 303 BLOCO E, 304		
Bairro:	ASA NORTE	UF:	DF
Situagão:	REGULAR		
Certidão Emitida			
Certidão Negativa:	356C.1B17.3BAA.0250	Emissão:	12/11/2022
		Data de Validade:	11/05/2023

Diagnóstico Fiscal na Receita Federal e procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Não foram detectadas pendências/exigibilidades suspensas nos controles da Receita Federal e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Final do Relatório

Relatório de Dívidas Inscritas no Cadin Federal



Nome: MIRIAM WIMMER

CPF/CNPJ: 085.757.807-35

Não foi encontrado registro de dívida inscrita no Cadin Federal.

Miriam

Importante

Para quitar o débito ou consultar valor e origem da dívida, procure o órgão credor que aparece em seu relatório. As informações do relatório, inclusive relativas ao contato, são enviadas pelos órgãos públicos credores.

Quer saber mais sobre este relatório? Acesse Perguntas e Respostas.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MIRIAM WIMMER

CPF: 085.757.807-35

Certidão nº: 39913402/2022

Expedição: 13/11/2022, às 13:26:31

Validade: 12/05/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MIRIAM WIMMER**, inscrito(a) no CPF sob o nº **085.757.807-35**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

MW

**Art. 383, inciso I, alínea b, item 4, do
Regimento Interno do Senado Federal**

**Declaração da indicada quanto à existência de
ações judiciais nas quais figure como autor ou
réu, com indicação atualizada da tramitação
processual**

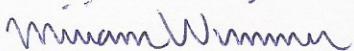
mmr

Item 4 da alínea “b” do inciso I do artigo 383 do Regimento Interno do
Senador Federal

Declaração

Eu, **MIRIAM WIMMER**, inscrita no CPF 085.757.807-35, DECLARO para fins do disposto no artigo 383, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, que figuro como autora (inventariante) nas ações judiciais de números 0495250-70.2012.8.19.0001 e 0124977-66.2017.8.19.0001, em curso perante a 5ª Vara de Órfãos e Sucessões do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, referentes ao inventário dos bens deixados por meu falecido pai.

Brasília, 12 de novembro de 2022.


Miriam Wimmer
CPF 085.757.807-35

Consultas Processuais

Resultado da Consulta: 2 Processo(s) encontrado(s)

Imprimir

Nova Pesquisa

As informações aqui contidas não produzem efeitos legais. Somente a publicação no DJERJ oficializa despachos e decisões e estabelece prazos.

TJRJ - 1ª Instância - 13/11/2022 01:40

Origem: 1ª Instância

Comarca: Capital

Competência: Órfãos e Sucessões

Nome Pesquisado: Miriam Wimmer

Período: 2012 a 2022

Tipo de Ordenação *

Nome Pesquisado

Classificação

Crescente

Processo: 0495250-70.2012.8.19.0001

Requerente: MIRIAM WIMMER

Inventariado: HELLMUT WIMMER

Comarca: Comarca da Capital

Serventia: Cartório da 5ª Vara de Órfãos e Sucessões

MIRIAM WIMMER

HELLMUT WIMMER

Processo: 0124977-66.2017.8.19.0001

Inventariante: MIRIAM WIMMER

Inventariado: HELLMUT WIMMER

Comarca: Comarca da Capital

Serventia: Cartório da 5ª Vara de Órfãos e Sucessões

MIRIAM WIMMER

HELLMUT WIMMER

<< < 1 > >> 10 ▾

MMW



TJDFT

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (ESPECIAL - AÇÕES CÍVEIS E CRIMINAIS)
1^a e 2^a Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações cíveis e criminais disponíveis até 12/11/2022, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

MIRIAM WIMMER
085.757.807-35
(CLAUDETE MARLENE WIMMER / HELLMUT WIMMER)

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 12/11/2022

Selo digital de segurança: 2022.CTD.H57Y.LPEC.Z2JJ.NCU5.M9FC

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***



TJDFT

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS)
1^a e 2^a Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 12/11/2022, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

MIRIAM WIMMER
085.757.807-35
(CLAUDETTE MARLENE WIMMER / HELLMUT WIMMER)

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 80, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 12/11/2022

Selo digital de segurança: 2022.CTD.85WD.32Y5.TEKC.41E4.AN8L

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***

**TJDFT**

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES CÍVEIS)
1^a e 2^a Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações cíveis disponíveis até 12/11/2022, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

MIRIAM WIMMER
085.757.807-35
(CLAUDET MARLENE WIMMER / HELLMUT WIMMER)

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 80, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 12/11/2022

Selo digital de segurança: 2022.CTD.R1FN.ZDRM.O20P.CFB1.71AY

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL PARA FINS ELEITORAIS

24915111/2022

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS com potencial de gerar inelegibilidade contra:

MIRIAM WIMMER

OU

CPF n. 085.757.807-35

Certidão emitida em 13/11/2022, às 13:19:01 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Distrito Federal. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região e Juris) até 12/11/2022, às 07:06:00;
Seção Judiciária: Distrito Federal (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, Processo Judicial Digital de Execução Fiscal, JEF Virtual e Processual) até 12/11/2022, às 07:06:00.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Certidão: **24915111**



Código de Validação: **9796 211A C408 76D3 7E79 8082 80BB FA5D**

Data da Atualização: **12/11/2022, às 07:06:00**



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

24915108/2022

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CRIMINAIS contra:

MIRIAM WIMMER

OU

CPF n. 085.757.807-35

Certidão emitida em 13/11/2022, às 13:18:04 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Distrito Federal. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região e Juris) até 12/11/2022, às 07:06:00;
Seção Judiciária: Distrito Federal (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, Processo Judicial Digital de Execução Fiscal, JEF Virtual e Processual) até 12/11/2022, às 07:06:00.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Certidão: **24915108**



Código de Validação: **1143 D156 7EB8 5FA4 62B8 E9E6 F186 83A6**

Data da Atualização: **12/11/2022, às 07:06:00**



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL

24915103/2022

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CÍVEIS em tramitação contra:

MIRIAM WIMMER

OU

CPF n. 085.757.807-35

Certidão emitida em 13/11/2022, às 13:16:40 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Distrito Federal. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região e Juris) até 12/11/2022, às 07:06:00;
Seção Judiciária: Distrito Federal (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, Processo Judicial Digital de Execução Fiscal, JEF Virtual e Processual) até 12/11/2022, às 07:06:00.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Certidão: **24915103**



Código de Validação: **DD88 3456 FD99 6FD9 36EC F1FB 5917 F72D**

Data da Atualização: **12/11/2022, às 07:06:00**



CERTIDÃO DE AÇÃO TRABALHISTA EM TRAMITAÇÃO

Dados Pesquisados:

CPF: 085.757.807-35

Nome: MIRIAM WIMMER

Certidão nº 1296179 / 2022

CERTIFICA-SE que em pesquisa aos registros eletrônicos armazenados nos Sistemas de Acompanhamento e Informações Processuais do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, até 12/11/2022, **NÃO CONSTA** ação trabalhista em tramitação em face da pessoa natural ou jurídica identificada acima, de acordo com os dados fornecidos pelo solicitante.

IMPORTANTE

- a. A validade da presente certidão está condicionada à conferência do nome e do CPF/CNPJ indicado, bem como à verificação de sua autenticidade pelo recebedor em <https://www.trtsp.jus.br/valida-certidao> em até 90 (noventa) dias após a sua expedição;
- b. A informação do nº do CPF/CNPJ e do nome indicado acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão;
- c. Estão compreendidos nesta certidão, no caso de pessoa jurídica, todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais vinculados à raiz do CNPJ;
- d. Certidão emitida gratuitamente.

Miriam



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA DE CONTAS JULGADAS IRREGULARES

Nome completo: **MIRIAM WIMMER**
CPF/CNPJ: **085.757.807-35**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA, para os devidos fins e a pedido do interessado, que, na presente data, em consulta aos sistemas informatizados do TCU, considerados os julgados do Tribunal e o cadastro de responsáveis por contas julgadas irregulares, NÃO CONSTA nenhuma CONTA JULGADA IRREGULAR em nome do (a) requerente acima identificado(a).

A consulta para emissão desta certidão considerou os processos nos quais o Tribunal se manifestou em decisão definitiva do Tribunal pelo julgamento de contas irregulares desde a data do respectivo acórdão condenatório. Foram excluídos os lançamentos relativos a processos em tramitação que ainda não foram objeto de deliberação deste Tribunal, os arquivados por decisão terminativa e aqueles cujas condenações foram tornadas insubstinentes por decisão judicial ou por decisão definitiva em recurso neste Tribunal, transitadas em julgado.

Certidão emitida às 21:18:26 do dia 12/11/2022, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <http://contasirregulares.tcu.gov.br>, na opção "*Verificar certidão emitida*".

Código de controle da certidão: D0H1121122211826

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

ANEXO



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA**

**DE
INABILITADOS**

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **MIRIAM WIMMER**

CPF: **085.757.807-35**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o(a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis com inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública federal, em razão de decisão deste Tribunal, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 21:45:48 do dia 12/11/2022, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio
<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:VERIFICA>

Código de controle da certidão: FGS2121122214548

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

FICHA DE PROCESSOS NO TCU

Nome: MIRIAM WIMMER

CPF/CNPJ: 085.757.807-35

Relação de processos em que o solicitante figura como responsável ou interessado

Processo: 021.998/2013-2 Tipo: Prestação de contas

Assunto: Contas ordinárias do exercício 2012 - Secretaria Executiva do Ministério das Comunicações

Estado: Encerrado Qualificação: Responsável

A consulta para emissão desta relação considera apenas os processos de controle externo constantes da base de sistemas informatizados deste Tribunal e disponibilizados no Portal TCU, excetuados os processos sigilosos.

**Art. 383, inciso I, alínea b, item 5, do
Regimento Interno do Senado Federal**

**Declaração da indicada quanto à sua atuação,
nos últimos 5 (cinco) anos, contados
retroativamente ao ano em que se deu sua
indicação, em juízos e tribunais, em conselhos
de administração de empresas estatais ou em
cargos de direção de agências reguladoras;**

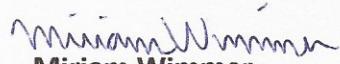
mmw

Item 5 da alínea “b” do inciso I do artigo 383 do Regimento Interno do
Senador Federal

Declaração

Declaro para os devidos fins, que eu, **MIRIAM WIMMER**, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº 085.757.807-35, não atuei, nos últimos 05 anos, em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

Brasília, 12 de novembro de 2022.


Miriam Wimmer
CPF 085.757.807-35

**Art. 383, inciso I, alínea b, item 5, alínea c, do
Regimento Interno do Senado Federal**

**Argumentação escrita, apresentada de forma
sucinta, em que a indicada demonstre ter
experiência profissional, formação técnica
adequada e afinidade intelectual e moral para
o exercício da atividade**

WW

Declaração pessoal – Demonstração de experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo de Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados

Sirvo-me da presente declaração para atestar que possuo experiência profissional, formação técnica e acadêmica, afinidade intelectual e moral para postular a **recondução**, para mandato de 4 anos, ao honroso cargo de Diretora da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD.

Sou servidora pública federal da carreira de Especialista em Regulação, tendo, ao longo dos últimos 16 anos, ocupado cargos de direção e de assessoramento em diversos órgãos do poder executivo federal, atuando sempre na interseção do direito e da tecnologia. Entre novembro de 2020 e novembro de 2022, após indicação pelo Presidente da República e aprovação pelo Senado Federal, tive a honra de exercer mandato de dois anos como integrante do Conselho Diretor da ANPD.

Durante toda a minha vida profissional e acadêmica, trabalhei na interseção do direito, da regulação e da tecnologia. Em função de minha atuação em diferentes órgãos do governo federal, tive a oportunidade de participar de processos negociadores complexos de natureza interdisciplinar, como aqueles que conduziram à realização da NetMundial (2014), à aprovação do Marco Civil da Internet (2014), à construção da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (2018) e à elaboração, tramitação e aprovação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (2018). Sou também membro da Comissão de Juristas do Senado Federal criada para propor substitutivo ao projeto de lei que trata da regulação da Inteligência Artificial no país (2022).

Para além de minha carreira na administração pública federal, desenvolvi também uma carreira acadêmica. Sou professora universitária, com Doutorado em Comunicação pela Universidade de Brasília (2012), Mestrado em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2007) e Graduação em Direito pela mesma instituição (2004). Durante quatro anos cursei graduação em Engenharia Mecânica na Universidade Federal do Rio de Janeiro, tendo trancado a matrícula antes da conclusão do curso. Entre 2001 e 2002, fui bolsista da Universidade de Waseda, em Tóquio, onde fui condecorada com distinção acadêmica. Desde 2018 sou certificada como especialista em proteção de dados pessoais (Europa) pela *International Association of Privacy Professionals – IAPP*.

Sou autora de um livro, de 16 capítulos de livro, de 22 artigos publicados em periódicos científicos no Brasil e no exterior, além de diversos outros tipos de produção bibliográfica de natureza técnica. Minha área de pesquisa mais

MMN

recente tem focado em proteção de dados pessoais, com publicações voltadas principalmente para a discussão das especificidades desse tema no setor público, para os desafios de *enforcement*, para arranjos regulatórios internacionais e para os desafios associados à regulação de novas tecnologias, como Inteligência Artificial.

Sou professora de Direito no IDP Brasília, onde leciono nos cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado. Atuei como professora convidada em várias outras instituições de ensino e ministrei cursos e treinamentos sobre proteção de dados pessoais em diversas instituições públicas, como o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça. Meu currículo acadêmico completo pode ser consultado na Plataforma Lattes mantida pelo CNPq.

Minha atuação profissional teve início no setor de telecomunicações, em 2000, dois anos após a privatização do antigo Sistema Telebrás. Trabalhei na primeira empresa brasileira competitiva de longa distância nacional, na área de contratos e negócios com operadoras de telecomunicações, auxiliando na estruturação e negociação de contratos de interconexão e de exploração industrial de linhas dedicadas. Posteriormente trabalhei em escritório de advocacia, com atuação em contencioso e consultoria em Direito Administrativo, Direito Econômico e Direito das Telecomunicações.

Em 2005, iniciei o Mestrado em Direito Público na UERJ, onde defendi dissertação acerca de conflitos de competência na Administração Pública. Posteriormente, em 2012, concluí o Doutorado em Comunicação na UnB, na linha de pesquisa de Políticas de Comunicação e de Cultura.

Em 2006, prestei concurso para a Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, tendo sido aprovada em quinto lugar para a carreira de Especialista em Regulação. As atividades que desenvolvi ao longo dos quatro anos em que trabalhei na autarquia reguladora permitiram que eu adquirisse conhecimentos aprofundados acerca da dinâmica de regulação de um setor intensivo em tecnologia, além de experiência em coordenar grupos interdisciplinares e em liderar negociações internacionais.

Na Anatel, atuei inicialmente como especialista jurídica no Gabinete da Presidência, na análise de processos administrativos e instrução técnica para julgamento de pedidos de efeito suspensivo em grau recursal. No mesmo ano de ingresso na Agência, fui convidada a ser assessora técnica na Procuradoria Federal Especializada da Agência, onde atuei no campo do direito regulatório das telecomunicações e na análise jurídica de fusões e aquisições no setor de telecomunicações. Em 2008, passei a atuar como Assessora no Gabinete da Superintendente Executiva da Agência. Além do assessoramento jurídico, meu trabalho relacionava-se à coordenação de processos que envolvessem mais de uma Superintendência da Agência. Dentre as diversas atividades desenvolvidas

MMNN

nesse período merece destaque a coordenação de dois Grupos de Trabalho voltados à construção do Regulamento de Sanções da Anatel.

Também em 2008 fui designada Coordenadora Nacional da Comissão Brasileira de Comunicações – 4, responsável pela coordenação, definição e defesa das posições brasileiras relativas ao desenvolvimento das telecomunicações na União Internacional de Telecomunicações – UIT, no MERCOSUL, na CITEL e em outras organizações internacionais. Nessa qualidade, liderei e integrei diversas missões internacionais, coordenei a preparação brasileira para a Conferência Mundial de Desenvolvimento das Telecomunicações de 2010 e fui delegada da Conferência de Plenipotenciários da UIT, de 2010.

Em 2011, fui cedida ao Ministério das Comunicações para ser Diretora do Departamento de Serviços e de Universalização de Telecomunicações, responsável pela supervisão da Anatel e pela formulação de políticas públicas para o setor. No Ministério, tive a oportunidade de participar de discussões importantes para o setor, como a criação do novo marco legal para a televisão por assinatura (Lei 12.485/2011) e a elaboração da Medida Provisória sobre arranjos de pagamento para viabilizar os pagamentos móveis (MPV 615/2013). Fui designada gestora dos projetos estratégicos do Ministério das Comunicações para (i) rediscussão do atual modelo de concessões de telefonia fixa; e (ii) governança da Internet. Atuei como interlocutora do Ministério junto a outros órgãos públicos na definição e defesa de posições brasileiras em fóruns relacionados à governança da Internet. Fui também designada pelo Ministério como especialista para participar das discussões no STF sobre a constitucionalidade da nova legislação de TV por Assinatura (ADIs 4679, 4747, 4756 e 4923).

Foi também nesse período que me aproximei das discussões sobre proteção de dados pessoais e regulação do ambiente digital. Representei o Ministério nas discussões governamentais sobre o Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014) e integrei o grupo técnico que elaborou seu decreto regulamentador. Fui também a principal representante do Ministério nas discussões governamentais sobre o Anteprojeto de Lei de Proteção de Dados Pessoais, elaborado pelo Ministério da Justiça.

Em 2016, com a fusão do Ministério das Comunicações e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, fui convidada a assumir a posição de Diretora de Políticas e Programas Setoriais em TICs na Secretaria de Política de Informática¹. Nessa posição, passei a apoiar as atividades do Comitê Gestor da Internet brasileira – CGI.br, tornando-me conselheira substituta. No MCTIC,

¹ Posteriormente, a Secretaria e o Departamento passaram a se chamar de Secretaria de Políticas Digitais e Departamento de Políticas para a Transformação Digital, respectivamente.

MML

também tive a responsabilidade de coordenar a elaboração da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital, uma política pública transversal que, a partir da coordenação de inúmeros órgãos públicos e em diálogo com setores não governamentais, propôs-se a apresentar medidas para que o Brasil pudesse colher os benefícios sociais e econômicos da digitalização. Após mais de um ano de trabalho, duas consultas públicas e inúmeras etapas de diálogo com atores públicos e privados, a política pública foi aprovada pelo Decreto 9.319/2018, com a criação do Comitê Interministerial para a Transformação Digital. Como decorrência desse trabalho, o MCTIC passou a atuar de maneira intensa junto ao Comitê de Políticas para a Economia Digital da OCDE e minha equipe passou a apoiar diversos processos negociadores internacionais em ambientes como G20, OMC, BRICS, Mercosul e CEPAL.

Durante os anos em que trabalhei no MCTIC, tive a possibilidade de contribuir para diversas políticas públicas com fortes impactos para a Internet e para o ambiente digital. Apoiei o desenvolvimento do Plano Nacional de Internet das Coisas quanto aos seus aspectos jurídico-regulatórios. participei do grupo de trabalho do Gabinete de Segurança Institucional para elaboração da Política Nacional de Segurança da Informação. Fui também designada pelo MCTIC como especialista para participar das discussões no STF sobre criptografia e bloqueio de aplicativos (ADPF 403 e ADI 5527).

Também nesse período, aprofundei meu envolvimento na discussão sobre proteção de dados pessoais, com organização de workshops e participação em inúmeros debates sobre o tema. Representei o MCTIC nas discussões governamentais sobre os projetos de lei de proteção de dados pessoais, tanto durante sua tramitação pelo Congresso Nacional como também nos momentos que antecederam a sanção presidencial.

Em 2018, fui participante do *International Visitors Leadership Program*, a convite do Departamento de Estado do governo dos EUA, sobre legislação e regulação para a era digital. No mesmo ano, fui condecorada como Embaixadora Honorária do Movimento Brasil País Digital, como reconhecimento às contribuições ao setor de Tecnologia da Informação e transformação digital do Brasil.

Em 2019, tornei-me Diretora de Serviços de Telecomunicações do MCTIC, responsável pela formulação de políticas para as telecomunicações, pelo apoio à implementação da Estratégia Brasileira para Transformação Digital e pelos temas relacionados à implantação do 5G no Brasil. Fui indicada pelo MCTIC como especialista para participar das discussões no STF sobre cooperação jurídica internacional e acesso a dados localizados no exterior (ADC 51). Fui designada coordenadora dos trabalhos relativos ao *Peer Review* da OCDE sobre as políticas digitais brasileiras e ponto focal no Grupo de Trabalho sobre Governança de Dados e Privacidade na Economia Digital (DGP) da OCDE.

MML

No mesmo ano, foram iniciados, sob minha coordenação, os trabalhos referentes ao desenvolvimento Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial, que passou por consulta pública entre dezembro de 2019 e março de 2020 e foi finalmente aprovada em julho de 2021.

Em 2020, fui homenageada com o prêmio Destaques em Governança da Internet, como reconhecimento pela contribuição em políticas públicas para o desenvolvimento da Internet nos últimos dez anos.

Em julho de 2020, com a cisão do MCTIC, retornei ao Ministério das Comunicações na posição de Diretora de Políticas para Telecomunicações e Acompanhamento Regulatório.

Em novembro de 2020, tive a honra de ser convidada a integrar o Conselho Diretor da então recém-criada Autoridade Nacional de Proteção de Dados, ocasião em que, pela primeira vez, fui submetida à sabatina e tive meu nome aprovado pelo Senado Federal.

Ao longo desses quase dezesseis anos de serviço público, aprendi a liderar processos complexos de negociação no âmbito do governo e a estabelecer uma relação construtiva com interlocutores do setor público, do setor privado, da comunidade científica e da sociedade civil. Na minha vida acadêmica, tenho buscado contribuir para o aprofundamento da discussão sobre temas ligados à proteção de dados pessoais e à regulação do ambiente digital. Tenho também me empenhado em compartilhar o conhecimento adquirido, seja nos bancos universitários, seja por meio das inúmeras capacitações que já ministrei em diferentes órgãos públicos.

Na ANPD, ao longo de seus primeiros dois anos de existência, contribuí para a estruturação da Autoridade, recentemente convertida em autarquia especial. Atuei como relatora de importantes normas expedidas pela autarquia, como aquelas que tratam de regras diferenciadas para agentes de pequeno porte e o regulamento de fiscalização e sanções administrativas. No espírito de promover a construção de uma cultura de proteção de dados pessoais e trazer esclarecimentos sobre a atuação da Autoridade, participei, a título voluntário, de inúmeros debates públicos, treinamentos e capacitações.

Em 2021 recebi o prêmio Protagonista Brasil, País Digital, como reconhecimento pelas ações de impacto social em temas voltados à transformação digital e inclusiva do país; e em 2022 fui listada em “Women in Data 2022”, da publicação Global Data Review, entre as 46 mulheres de maior destaque em legislação, regulação e tecnologia no mundo.

Como servidora pública e acadêmica, tenho grande satisfação em ter ajudado a construir políticas públicas importantes para o país e acredito que

~~~~~

minha experiência e formação me habilitam a continuar contribuindo para a construção e fortalecimento da ANPD.

Assim, é com muita honra que submeto ao Senado Federal a presente carta de apresentação, que, acredito, traz elementos suficientes para demonstrar que possuo os necessários requisitos de experiência profissional, formação técnica e acadêmica, afinidade intelectual e moral para postular a **recondução**, para mandato de 4 anos, ao honroso cargo de Diretora da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD.

Brasília, 12 de novembro de 2022.



Miriam Wimmer



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA  
SUBSECRETARIA DA RECEITA

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

CERTIDÃO Nº: 347129135982022

NOME: MIRIAM WIMMER

ENDEREÇO: SQN 303 BL E NRO 304

CIDADE: ASA NORTE

CPF: 085.757.807-35

FINALIDADE: JUNTO AO GDF

\_\_\_\_ CERTIFICAMOS QUE \_\_\_\_

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal, inclusive os relativos à Dívida Ativa, para o contribuinte acima. Fica ressalvado o direito da Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

**Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.  
Válida até 14 de fevereiro de 2023.\***

\* Obs: As certidões expedidas durante o período declarado de situação de emergência no âmbito da saúde pública, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus, de que trata o Decreto nº 40.475, de 28/02/2020, terão sua validade limitada ao prazo em que perdurar tal situação.